

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária em exercício.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá,

Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, António José Ferreira de Lemos, José Roque Alexandre, Jaime Correia da Silva Marques, Miguel Martins Agrochão, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Isabel Cristina Rua Pires, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Margarida de Moraes, Patrícia Caetano Barata e Nelson Pinto Antunes.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo e Ana Rita Teles Patrocínio Silva.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida de Moraes.-----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Alexandre.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rita Silva.-----

----- Ricardo Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- Miguel Afonso Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), em regime de suspensão de mandato do Deputado Municipal Telmo Correia, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente António Costa, pelo Senhor Vice-Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Paula

Marques, Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, João Afonso, Jorge Máximo e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Pedro Goncalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos uma sessão muito preenchida, pelo que gostaria de começar a reunião o mais rápido possível. -----

----- Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público presente, técnicos, dirigentes, assessores, boa tarde a todos. Queria pedir a vossa atenção para alguns avisos que quero fazer já no princípio da sessão. -----

----- Temos quatro pessoas inscritas para falar. -----

----- E vamos depois, iniciar o nosso Período Antes da Ordem do Dia, PAOD, que hoje será muito preenchido porque temos uma quantidade significativa de documentos para apreciar. -----

----- Em primeiro lugar, lembrar os Senhores Deputados, e às pessoas presentes, que está em consulta pública, até ao dia três de dezembro, as propostas da Câmara Municipal sobre as novas taxas, portanto, sobre o tarifário da recolha das águas residuais e da gestão dos resíduos urbanos, que é a proposta 727/2014, sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil, que é a proposta 728/2014, sobre a Taxa Municipal Turística, que tem sido tão comentada, que é a proposta 729/2014, e sobre o Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa, que é a proposta 730/2014. -----

----- Qualquer cidadão, qualquer Deputado, qualquer pessoa que queira pronunciar-se sobre estas propostas, ou comentá-las, ou fazer sugestões, é convidado a fazê-lo até ao dia três de dezembro. As organizações também poderão fazê-lo. Portanto, pedia a vossa atenção e participação neste processo de consulta, porque só depois desta consulta pública, é que a Câmara irá aprovar as versões finais das taxas que terão de ser apreciadas por esta Assembleia. -----

----- Dizer-vos, também, que vamos ter no dia dezasseis e dezassete de dezembro, duas sessões exclusivamente dedicadas à discussão do Orçamento da Câmara para o ano que vem, as Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e as Taxas, estas novas taxas de que eu acabei de falar. Portanto, isto vai-se passar no dia dezasseis e dezassete de dezembro. São continuações desta reunião ordinária, não haverá inscrição do público, o público se quiser pronunciar-se eu convido a utilizar este mecanismo da consulta pública para se pronunciar. Vamos ter estas matérias que qualquer uma delas exige uma grelha de tempos razoável para se poder discutir, e a votação do Orçamento e das novas taxas só será feita no fim da discussão, portanto, no dia dezassete. Pedia que registassem nas vossas agendas, sobretudo o dia dezassete, que é uma quarta-feira, e que não é a nossa agenda habitual. -----

----- Queria ainda pedir a todos os grupos, julgo que falei com todos, no sentido de fazer uma alteração á nossa ordem de trabalhos. Nós temos agendado como ponto um a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Depois pontos dois, três, quatro

e cinco, que é o pacote dos impostos e Taxa Municipal de Direito de Passagem, que é uma discussão conjunta. Há um problema com este pacote é que ele tem de ser apreciado por esta Assembleia até ao dia trinta de novembro. E para garantir-mos que este pacote é verdadeiramente, discutido e apreciado hoje, a Mesa vai dar prioridade a este pacote sobre a informação escrita do Senhor Presidente. E há uma outra proposta a que daremos prioridade que é a proposta 560/2014, que se chama Complemento Financeiro à Reforma Administrativa e que são transferências para as Juntas de Freguesia para acerto de contas relativamente às transferências, diz-me o Senhor Presidente da 5ª Comissão que esta proposta é muito urgente e que existem Juntas que estão à espera deste complemento financeiro para poderem ter os seus salários em dia, pelo que penso que esta Assembleia poderá discutir esta matéria antes. -----

----- Portanto, os pontos dois, três, quatro e cinco, e o ponto oito, passam para a frente. E o ponto um, será a seguir, e logo vemos como decorrem os nossos trabalhos, e se não acabarmos hoje, acabaremos para a semana, e assim sucessivamente. -----

----- Espero que tenham tomado nota destes avisos todos, e neste momento, estamos em condições de dar a palavra ao público. Temos três pessoas inscritas.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Sara Vaz**, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, boa tarde. -----

----- *Faço parte da direção da ATM, Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Lóios, IPSS que desde 2003 gere, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, um equipamento de creche e jardim-de-infância, cujo edificado é propriedade da CML. -----*

----- *Há pelo menos três anos que as instalações sofrem de problemas de infiltração, devido ao mau estado de conservação em que se encontra o telhado. Após as fortes chuvas que se fizeram sentir no Inverno passado e neste Outono, o problema agravou-se, escorrendo agora água pelas paredes, o que pode comprometer a instalação elétrica e o estuque do teto, e colocar em risco as cento e trinta crianças e funcionários que lá passam o seu dia, bem como prejudicar o seu estado de saúde. ----*

----- *A unidade de saúde familiar dos Lóios, vizinha da ATM, cujo edificado é propriedade da CML e foi construído pela mesma altura, encontra-se já encerrado por a Proteção Civil considerar não reunir as condições de segurança necessárias, devido também a problemas de infiltração. Depois de algumas visitas às instalações por parte dos Técnicos da CML, a última datada de 24 de julho, em que se fez o relatório da situação e das obras necessárias e do envio de vários emails para o Vereador João Afonso, continuamos sem obter qualquer tipo de resposta. -----*

----- *Numa altura, em que como facilmente se compreenderá, as IPSS’s vivem numa situação de limite ao nível da sua sustentabilidade, este problema nas instalações da ATM, poderá ditar o fim da valência de creche e jardim-de-infância. -----*

----- *Pelo exposto vimos apenas, exigir que a CML cumpra com as suas responsabilidades e que o faça em tempo útil, muito obrigado.” -----*

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----
----- “Nós ouvimos todos, portanto, naturalmente será feita uma transcrição da sua intervenção, para ser enviada ao Senhor Vereador porque ele não está neste momento presente, para termos uma resposta da Câmara a essa vossa urgência.-----
----- O Senhor Albano não está? Não está.-----
----- A Senhora Dina Pinto que é sobre o mesmo assunto, portanto, acho bem que sensibilize a Assembleia Municipal e vamos manter-nos no mesmo assunto. Portanto, um problema de infiltrações na Sede da ATM, no Bairro dos Lóios.”-----
----- **A Senhora Dina Pinto**, fez a seguinte intervenção:-----
----- “*Ora muito boa tarde.*-----
----- *Eu estou aqui como representante dos Encarregados de Educação, das crianças que frequentam a creche e o jardim-de-infância, gerido pela Associação Tempo de Mudar.*-----
----- *De facto os pais têm constatado que o estado das instalações tem-se vindo a agravar de forma exponencial, tendo também sido necessário encerrar a sala de jardim-de-infância, onde por acaso o meu filho estava a frequentar.*-----
----- *Porque é que a sala foi encerrada?*-----
----- *Porque chove no meio da sala, o mobiliário foi danificado, e tal compromete não só a instalação elétrica da sala do jardim-de-infância, como por outro lado pode colocar em risco a saúde das crianças, bem como a sua segurança.*-----
----- *Confrontámos a Direção da Associação com esta situação, e esta informou-nos de que o proprietário do edifício é a CML, sendo esta a responsável pela obra de manutenção a efetuar no telhado. Também nos informaram que já tinham tomado todas as medidas ao alcance da Associação, e como tal, em nome dos Encarregados de Educação eu vinha solicitar à CML, que cumprisse com as suas responsabilidades, para que não aconteça o mesmo à ATM, que aconteceu com a unidade de saúde familiar dos Lóios, que foi encerrada por motivos de segurança.*-----
----- *Muito obrigada e boa tarde.*”-----
----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----
----- “Muito obrigado. Eu penso que está um dos assessores do Vereador João Afonso. Não está o assessor do Vereador João Afonso, de qualquer maneira o assessor da Vereadora Paula Marques irá falar convosco, para obter mais dados e para poder depois dar uma resposta mais efetiva, uma vez que o Senhor Vereador neste momento ainda não se encontra na sala.-----
----- Portanto, eu não sei se algum dos outros inscritos já está em condições de falar? Não há mais ninguém?-----
----- Muito bem, estávamos à espera do Senhor António Alves Miguel, estamos em condições de falar, e o Senhor António Alves Miguel já é nosso conhecido, já veio aqui falar sobre este assunto, e volta insistir, e vamos ouvi-lo falar sobre o Mercado da Ribeira.”-----
----- **O Senhor António Alves Miguel**, fez a seguinte intervenção:-----
----- “*Boa tarde. Obrigada Senhora Presidente, de facto, a Senhora Presidente disse e é verdade, esta é a terceira vez que eu venho aqui falar do mesmo assunto.*-----

----- *E o assunto é simples, já foi perguntado à Câmara por três vezes, o Senhor Presidente não estava da primeira vez, estava da segunda, não está desta e a questão é simples.* -----

----- *Existe ou não, um acordo secreto entre a Câmara Municipal e a Time Out?* -----

----- *Eu não disse ilegal, eu disse secreto, porque parece que sim, parece que ninguém quer assumir.* -----

----- *E nós estamos a ser prejudicados de uma forma não descritível, por um acordo que existe, que se sabe que existe, e foram-nos vedados vários direitos que nós sempre tivemos, como por exemplo, a mudança do ramo de atividade.* -----

----- *No Mercado da 24 de Julho existem neste momento oito floristas, oito, e pelo tal acordo que há entre a Câmara, eu julgo que há, enfim, parto do pressuposto que há, e a Time Out, foi vedado a qualquer operador a mudança de ramo.* -----

----- *Eu penso que está errado, penso que nos têm que dizer qualquer coisa.* -----

----- *Segundo assunto, que também me parece um bocadinho estranho, foi no mesmo mercado da 24 de Julho há um mês atrás, ser vendida publicidade Nazi.* -----

----- *Quando fui confrontar o vigilante, o encarregado da Câmara disse, ele, prefiro nem repetir a resposta que ele me deu.* -----

----- *Fiz uma carta ao Senhor Presidente a denunciar que se vendia publicidade Nazi, no caso em concreto, vários postais de oficiais Nazis e uma cruz de guerra, que me pareceu ser original, com a data de 1941, até à data ainda ninguém tomou medidas. Eu penso que é altura de me responderem e dizerem qualquer coisa.* -----

----- *Muito obrigado Senhora Presidente.*” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor António Alves Miguel. Naturalmente, que o ouvimos com atenção, e eu irei retomar as cartas que já enviei ao Senhor Presidente da Câmara para acrescentar estas novas situações que referiu, e para saber se existe, ou não existe, esse acordo entre a Câmara e a Time Out, e a existir, naturalmente, a Assembleia Municipal, a Câmara terá de dar conhecimento e o Senhor António Miguel será informado. -----

----- Terminamos esta parte dos nossos trabalhos dirigida ao público, e vamos entrar no nosso Período Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguiu-se um período para discussão dos seguintes documentos apresentados: ----

----- **Voto de Louvor nº 1/50, “Pelo Reconhecimento e Divulgação do Cinema Português”,** subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexado à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante); -----

----- **Voto de Saudação nº 1/50, “39 anos do 25 de Novembro de 1975”,** subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP, (anexado à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante); -----

----- **Voto de Saudação nº 2/50, “A Marcha Nacional dos Trabalhadores Portugueses Contra a Exploração e o Empobrecimento, Pela Rutura com a Política de Direita, Por uma Política de esquerda e Soberana”,** subscrita pelo

Grupo Municipal do PCP, (anexado à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante);-----

----- **Voto de Saudação nº 3/50, “Carlos Mendes, 50 Anos de Carreira”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, (anexado à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 1/50, “Privatização da TAP: Um Crime Contra os Interesses Nacionais”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo V, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 2/50, “Erradicação da Violência Contra as Mulheres”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PAN, (anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 3/50, “Orçamento de Estado para 2015 Prejudica Resposta Municipal aos Problemas das Populações”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexada à presente ata como anexo VII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 4/50, “Condenação de Atos de Vandalismo Em Árvores Em Meio Urbano”**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, (anexada à presente ata como anexo VIII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 5/50, “Em Defesa dos Trabalhadores da Segurança Social”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo IX, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 6/50, “Orçamento de Estado para 2015 – Transferências para os Municípios”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo X, e dela faz parte integrante);-----

----- **Moção nº 7/50, “Políticas de Erradicação da Pobreza”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo XI, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 1/50, “Pela Normalização dos Serviços da Hemeroteca Municipal de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP, (anexada à presente ata como anexo XII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 2/50, “Circo Sim, Crueldade Não – Proibição de Espetáculos Circenses Com Animais – Pela Não Emissão de Licenças a Espetáculos Circenses que Incluem a Exibição de Animais”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PAN, (anexada à presente ata como anexo XIII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 3/50, “Pela Abertura de Outro Julgado de Paz na Cidade de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PAN, (anexada à presente ata como anexo XIV, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 4/50, “Pelo Abandono do Uso de Glifosato na Cidade de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PAN, (anexada à presente ata como anexo XV, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 5/50, “Casa dos Animais – Por Condições Dignas nos Locais de Trabalho”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo XVI, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 6/50, “Dispõe sobre o Animal Comunitário e estabelece Normas Para o Seu Atendimento na Cidade de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexada à presente ata como anexo XVII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 7/50, “Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa”**, subscrita pelos Grupos Municipais representados na 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, (anexada à presente ata como anexo XVIII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 8/50, “Pela Inclusão e Recuperação do Tradicional Elétrico Como Meio de Transporte Coletivo”**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, (anexada à presente ata como anexo XIX, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 9/50, “80º Aniversário do Parque Florestal de Monsanto: Proteção e Valorização de um Espaço Verde Único”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo XX, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 10/50, “Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo XXI, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 11/50, “Pela Regulamentação dos TUK-TUK”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, (anexada à presente ata como anexo XXII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 12/50, “Pela Disciplina do Funcionamento do Comércio Noturno”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, (anexada à presente ata como anexo XXIII, e dela faz parte integrante);-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu venho aqui apresentar duas recomendações que refletem, também, duas moções que foram aprovadas em Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior. Uma tem a ver com a necessidade de se implementar um regulamento para a circulação dos “TUK TUK”, na Cidade de Lisboa. Como devem calcular, é muito particularmente, sobre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, sobre o centro histórico, que se incide a presença destes veículos de serviço turístico, e gostava de esclarecer que nós não temos, à partida, nada de contrário em relação a esta atividade. Contudo, ela não está regulamentada e ela tem sido fortemente, evasiva do espaço público, da tranquilidade das pessoas, originando barulho, originando poluição e até, ocupando vias que não têm capacidade para receber esta quantidade enorme e desordenada de meio de transporte turístico. Estou-me a referir ao centro histórico, muito particularmente, aos Bairros de Alfama, da Mouraria e do Castelo, onde, com demasiada frequência, os cidadãos ali residentes se têm dirigido à Freguesia, e a mim em particular, protestando contra este meio evasivo que não respeita a sua tranquilidade, não tem horários, não respeita a sua privacidade e não respeita, também a qualidade de vida.-----

----- Nessa perspetiva, o que esta recomendação, nós pedimos, uma vez que o Partido Socialista acolheu esta proposta que fiz, nós pedimos que seja elaborado um regulamento que estabeleça os limites desta atividade e, naturalmente, que esse regulamento tenha em conta os Presidentes de Junta de Freguesia. Eu devo dizer que, ainda, não fui auscultado enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, para dar a minha opinião, e para dar, também, o meu contributo para esse novo regulamento. -----

----- Esta é uma recomendação que não tem um cariz político-partidário específico, preocupa-se apenas em salvaguardar a qualidade de vida no interior da Cidade de Lisboa, no interior dos bairros, por uma atividade que eu respeito e que acho, até, interessante, mas que neste momento está completamente desordenada e completamente descontrolada, o que provoca problemas muito frequentes e que maçam muito os moradores dos bairros. -----

----- A outra recomendação tem a ver com o funcionamento do comércio noturno. -----

----- Devo dizer que Santa Maria Maior está a ser alvo de uma pressão brutal de este tipo de atividades, porventura até porque o Bairro Alto se conseguiu, em certa medida, controlar. Acontece que há um conjunto de pessoas que fechando os bairros do Bairro Alto, os bares do Bairro Alto às duas da manhã, se deslocam para os bares de Santa Maria Maior, provocando uma grande intranquilidade junto dos seus residentes. -----

----- Tenho sido alvo de muitas reclamações, de variadíssimos tipos de pessoas, umas porque dizem que vão, pura e simplesmente, mudar de residência e sair do centro da cidade, quando nós fazemos uma campanha para as pessoas morarem no centro da cidade. Depois há pessoas que dizem que se vão embora porque não suportam o barulho, porque há bares licenciados até às quatro da manhã, em ruas que têm menos dois metros de largura, portanto, isto provoca, naturalmente, são uns espaços pequeninos, o barulho na rua seja ensurdecador, os desacatos, a desordem, enfim, todo o tipo de situações que têm a ver com a higiene urbana, porque as pessoas fazem das ruas públicas casas de banho públicas, pelo que, aquilo que nós pretendíamos era que se aprovasse que antes de se autorizar a alteração do horário de funcionamento de um bar, que a Junta de Freguesia fosse consultada, e que a Câmara considerasse esse parecer da Junta de Freguesia como sendo vinculativo. Nós temos bom senso, nós não somos contra os bares. Achamos que é fundamental que haja atividade noturna na Cidade de Lisboa, faz parte da nossa economia, suscita empregabilidade, mas todas as coisas têm de ter a sua conta, peso e medida. E, portanto, não é possível, em zonas residenciais, ter bares ao lado a funcionar até às quatro, cinco, da manhã, com todos os problemas que causam, e estão a provocar, e eu falo pela Freguesia da qual sou responsável, estão a provocar um profundo descontentamento por parte dos seus residentes em relação ao poder autárquico, até porque as pessoas muitas vezes ignoram que o licenciamento é zero, e portanto, quem abre este tipo de atividade diz qual é que é o horário que vai ter. Mas depois, porque não há acompanhamento suficiente, não há fiscalização, e acaba por haver, também, uma falta de compromisso por parte das entidades que têm de fiscalizar aquilo de forma permanente, provoca situações de grande abuso e muito problemáticas. -----

----- A questão do ruído é outra questão complicada, que isto também trás ruído atrás, e eu devo dizer-vos por experiência que tenho, sempre que solicitamos uma medição do ruído, ela chega sempre tardia, nunca é eficaz, pelo que sugerimos à Câmara de Lisboa que possa fazer um protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, que o queiram, serem elas, também, a fazer a fiscalização e a medição do ruído. E desde já digo, que aquilo que me toca no que respeita a Santa Maria Maior, estou disponível para aceitar esse protocolo de delegação de competências porque acho que esta proximidade beneficiará, certamente, a cidade. -----

----- São estas as duas recomendações que eu queria aqui apresentar, em nome do Partido Socialista. Elas partiram de Santa Maria Maior, e refletem, também, emoções que apresentamos na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior e que foram aprovadas por larga maioria, e que agora entendemos que devem ser reforçadas aqui, em votação na Assembleia Municipal, porque elas visam, apenas, fazer a nossa cidade numa melhor cidade, mais acolhedora, e uma cidade que naturalmente, toda a gente tem direito a divertir-se, mas os seus residentes também têm direito a uma certa paz de espírito e tranquilidade a partir de determinada carga horária. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa, com a necessidade de termos os nossos trabalhos em bom ritmo, saltou, rapidamente, dois pontos que não vimos, a aprovação das atas, que veremos antes das votações moções e recomendações, e a leitura de expediente. -----

----- Quanto à leitura de expediente, para ganharmos tempo, eu proponho que seja distribuído por todos os grupos municipais, e por todos os Deputados, a lista completa do expediente que nós recebemos e se houver algum assunto que queiram ver, depois poderão pedir os originais para não estarmos aqui a consumir tempo desta sessão que é hoje bastante carregada, pelo que faremos deste modo, se não houver inconveniente.

----- Peço desculpa pelo meu lapso. Passaremos a distribuir a lista completa do expediente que entrou, por todos os Senhores Deputados, e se quiserem ver os originais, terão acesso ao dossier do expediente. -----

----- E vamos prosseguir com a intervenção dos Senhores Deputados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --- -----

----- “Nós apresentamos, hoje, uma moção sobre a TAP. -----

----- A TAP, Transportadora Aérea Portuguesa, é uma companhia nacional, é a nossa bandeira no mundo, identifica-nos em qualquer lado do planeta como portugueses em território pátrio. -----

----- E é isso mesmo, que este Governo PSD/CDS-PP quer agora destruir. A decisão tomada em Conselho de Ministros de privatização, numa primeira fase, 66% do Grupo TAP S.A., é um crime contra os interesses de Portugal, e é urgente ser travada. A TAP é o maior exportador nacional, com mais de dois mil milhões de euros de vendas ao exterior. Assegura mais de sete mil postos de trabalho diretos, mais doze mil diretos no grupo, e mais dez mil indiretos, pelo menos. É uma empresa que faz entrar, anualmente, na Segurança Social quase cem milhões de euros, só da TAP,S.A.,

contribui com quase outro tanto para o Orçamento de Estado via IRS. A TAP, uma empresa que prestigia o país, é uma âncora para o setor do turismo, fundamental para garantir a unidade e mobilidade em todo o território nacional, essencial na ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro, garantia de capacidade de investigação, manutenção e desenvolvimento técnico no setor da aviação civil, referência em todo o espaço lusófono. É um fator de soberania para o país. -----

----- Por tudo isto, que plasmamos na moção, o Grupo Municipal do PCP apresenta uma moção e propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião de vinte e cinco de novembro, delibere o que está na parte resolutiva da moção que a Mesa apresentará na fase de votação. -----

----- Apresentamos uma recomendação sobre a Casa dos Animais, por condições dignas nos locais de trabalho. -----

----- Já houve alguma melhoria em relação às reivindicações dos trabalhadores, no que diz respeito às condições de trabalho e de instalações. Mas é preciso fazer esforço, por parte da Câmara, para resolver a falta de tratadores e apanhadores de animais, problema que aguarda uma resolução. -----

----- Outra das reivindicações é a substituição das viaturas de trabalho externo porque já não estão em condições de circulação há muitos anos. Não estão em condições, representando um perigo eminente para quem as conduz, e para os demais automobilistas e peões. - -----

----- Outra exigência dos trabalhadores prende-se com a aquisição de fatos de proteção para tratar de animais potencialmente, perigosos. -----

----- Sobre a recomendação 11/50, votaremos a favor. E informamos que apresentámos sobre a questão dos “TUK TUK”, em vinte cinco de julho, deste ano, um requerimento na Câmara a defender a elaboração de um regulamento municipal sobre esta matéria que afeta a cidade. Não é por falta de propostas que a câmara ainda não resolver esta questão. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** informou o seguinte:-----

----- “A Mesa informa aos Senhores Jornalistas que estão a recolher imagens, que estejam na zona da imprensa. Não podem circular na zona do Plenário porque a mesma está apenas afeta aos Senhores Deputados. -----

----- Tem uma zona para a imprensa mesmo aqui no centro da sala, onde podem estar e recolher as imagens que precisarem. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --- -----

----- “A arborização é essencial a qualquer planeamento urbano e tem funções importantíssimas como propiciar sombra, purificar o ar, atrair aves, diminuir a poluição sonora, constituir fatores estético e paisagístico, diminuir o impacto das chuvas, contribuir para o balanço hídrico, valorizar a qualidade de vida local. -----

----- Deste modo, pode consolidar-se que as árvores em meio urbano, originam efeitos positivos ao nível ambiental e a nível social. -----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra apresenta hoje, nesta Assembleia, uma moção onde condena veemente os mais variados atos de vandalismo. Infelizmente, estes atos não se resumem, apenas, à Cidade de Lisboa, pelo que urge a necessidade de uma maior fiscalização de forma a responsabilizar os responsáveis por este tipo de atos ilícitos, bem como a intensificação de programas de sensibilização junto da população.-----

----- Para além da moção referida, o Partido da Terra ostenta uma recomendação cuja temática é de indubitável valor para a Cidade de Lisboa, e que defendemos que esta Assembleia se deverá pronunciar.-----

----- Considerando que o tradicional elétrico permite, a quem visita Lisboa, um contato mais intimista com o seu património, torna-se imperativo que a rede de elétricos da cidade, que ficou subtraída a quarenta quilómetros dos cento e quarenta e cinco existentes, seja reabilitada e complementar a atual rede de transportes existentes não só para manter o ícone tradicional, mas também por se tratar de um veículo com menores teores poluentes quando comparado com os transportes públicos de superfície existentes.-----

----- Não obstante o facto do executivo da Câmara de Lisboa ter manifestado publicamente a vontade de assumir a gestão da CARRIS e do Metropolitano, através de uma parceria pública com o Estado.-----

----- Em relação aos restantes documentos que estão hoje em discussão, em PAOD, o Partido da Terra gostaria de destacar a recomendação do Partido Socialista pela regulamentação dos “TUK TUK”. O MPT tem sido acusado, várias vezes, por esse Grupo Municipal sobre a apresentação de temas que já estão em preparação e/ou discussão na Câmara Municipal. Parecer que a informação não circula dado que o Vereador do Executivo afirmou em julho do corrente ano que a Direção Municipal de Mobilidade e Trânsito já está a preparar o regulamento. Contudo, como o referido regulamento ainda “não viu a luz do dia”, e pela importância do tema, iremos votar a favor da respetiva recomendação, sugerindo, apesar de não ter sido aceite pelos promotores desta recomendação, que seja introduzido no ponto um uma redação que possibilite uma discriminação positiva aos “TUK TUK”, movidos a energia elétrica.---
----- Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O CDS-PP apresenta uma moção e uma recomendação. A recomendação é sobre a Hemeroteca Municipal de Lisboa que com os serviços encerrados há mais de um ano, prepara-se para se instalar provisoriamente, e com serviços incompletos, num local que não trás condições exigíveis a uma Hemeroteca a funcionar em condições normais. Neste sentido, a recomendação apresentada pugna para que a hemeroteca seja instalada num local definitivo com condições para albergar o acervo e que permita um cómodo acesso aos investigadores e que incremente um número de títulos exemplares da plataforma de gestão.-----

----- Sobre a nossa moção recordo que hoje é o dia vinte e cinco de novembro, e queremos saudar, neste dia e neste local, simultaneamente, o 25 de Abril, do qual nos

consideramos filhos e construtores da democracia pluralista. Não podemos deixar de assinalar, no dia vinte cinco de novembro deste ano, as perseguições e as exclusões de que fomos alvo durante o período revolucionário, também conhecido pelo PREC. Deste período somos, e é preciso sempre afirmar, bastardos enjeitados do onze de março. -----

----- O CDS-PP reitera os seus valores democráticos e pluralistas, baseados no humanismo personalista, e na doutrina social da igreja. Somos um partido da direita democrática, e o vinte cinco de novembro de setenta e cinco, foi um momento de libertação, foi também um momento de unidade de todas as pessoas que defendem a democracia e a liberdade, e é esta defesa que queremos prosseguir de forma contínua e sistematicamente, para sempre. -----

----- Gostaria, também, de me referir a uma recomendação do MPT que achamos estranha a forma como a mesma está proposta. No ponto um refere que inclui a prioridade ao elétrico na sua imagem tradicional. Ora, a Câmara não tem a gestão dos elétricos. Por muito que isso seja o seu desejo, ainda não a tem. Propõe, também, que se avalie a viabilidade de reativação das linhas do elétrico, entretanto desativadas e enterradas. Estas linhas penso que são do conhecimento público, que tem um custo de operação muito elevado, mas não nos opomos a que se faça esta avaliação. -----

----- O ponto três é para mim ainda, mais estranho, uma vez que propõe que sejam criadas novas linhas de elétrico numa lógica de complementaridade à atual linha do Metro. Digo que a linha do elétrico não é complementar à linha do Metro, e estar-se já a propor a criação de novas linhas quando elas não são rentáveis, e quando a câmara não detém esses poderes, também não me parece que seja razoável. -----

----- Relativamente à TAP, do PCP, que nós, lamentavelmente, temos uma opinião radicalmente, diferente. A privatização de 66% da empresa com cerca de 40% parou trinta e tal por cento e 5% para trabalhadores, dá um controlo estratégico da empresa, e permite que a empresa com acionistas e com novos investidores, possa ser recapitalizada e que de outra maneira não poderá ser. -----

----- Portanto, não é o fim da TAP. Pode ser um princípio da nova TAP, e nesse sentido, votaremos contra. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sandra Carvalho (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --- -----

----- “O BE apresenta nesta sessão duas propostas, à consideração da Câmara. Uma sobre o Orçamento de Estado 2015, e uma outra sobre o conceito de “Animal Comunitário”, que passarei a explicar. -----

----- Decorre hoje, na Assembleia da República a votação final do Orçamento de Estado para 2015, um orçamento austeritário, desigual, beneficia os lucros das grandes empresas e o capital financeiro, enquanto penaliza todas as pessoas que vivem dos rendimentos do seu trabalho esquecendo os mais pobres. -----

----- Trata-se, também, de um Orçamento de estado onde PSD e PS se aliaram perante o silêncio do CDS-PP, para vergonhosamente tentarem fazer aprovar a restituição desse privilégio retrógrado e incompreensível que são as subvenções vitalícias dos

Deputados e Deputadas. Esta pretensão foi travada, e muito bem, devido à intervenção do BE. Um país decente respeita o seu povo, governa por ele, e para ele, e não para distribuir privilégios a políticos, nem para beneficiar o capital financeiro, motivo pelo qual este Orçamento de Estado só pode merecer a nossa rejeição. -----

----- Nesta sessão, coincidentemente, antecede o dia da tomada de posse da nova Provedora Municipal dos Animais de Lisboa, o BE apresenta, também, uma recomendação para que se institua o conceito de cão e de gato comunitário de acordo com o disposto na resolução da Assembleia da República, 69/2015. Este conceito pressupõe a implementação de programas de recolha e de esterilização e devolução em colónias de animais de rua, estabilizadas, bem como a garantia de proteção legal dos animais que são cuidados num espaço, ou numa via pública, limitada cuja guarda de detenção e alimentação e cuidados médicos veterinários são assegurados por uma comunidade local de moradores. -----

----- Esta sessão da Assembleia Municipal de Lisboa ocorre, como já foi referido, no dia vinte cinco de novembro, dia que passam trinta e nove anos sob o vinte e cinco de novembro de 1975. O CDS-PP achou por bem apresentar um voto de saudação ao vinte e cinco de novembro. Entendamo-nos bem, foi o 25 de Abril, e foi a luta do povo e foi a revolução, uma revolução do povo que garantiu a este país liberdade, democracia, serviços públicos, direitos laborais, direito à greve, à escola pública e ao Serviço Nacional de Saúde. Estas são conquistas do povo, do 25 de Abril. Não são, nem serão nunca conquistas do vinte e cinco de novembro. Pelo que esta tentativa de ludibriar a realidade, merece o nosso absoluto repúdio. -----

----- Por fim, o dia vinte e cinco de novembro, é também o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. O BE acompanha há muito esta causa, tendo promovido, entre outras medidas, a consagração na lei da violência doméstica enquanto crime público, ou a utilização de pulseiras eletrónicas para permitir o afastamento do agressor da vítima. -----

----- Recorde-se que em sede de discussão do Orçamento de Estado para 2015, foi aprovada apenas, uma medida proposta pela oposição, uma medida proposta pelo BE que visa aumentar o valor do rendimento de inserção para as vítimas de violência doméstica. -----

----- Hoje mesmo, um conjunto de associações congregadas na rede 8 de Março, pintou um mural, em Entrecampos, num muro que foi cedido, precisamente, pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta é uma iniciativa louvável, de consciencialização pública que o BE acompanha. Consideramos, todavia, que a Câmara faça muito mais do que ceder muros para iniciativas públicas louváveis. -----

----- Em 2009, o BE apresentou uma proposta para a criação de uma casa abrigo para as vítimas de violência doméstica. Esta proposta foi rejeitada. No entanto, a sua pertinência, mantêm-se. É fundamental manter condições dignas de autonomização às vítimas de violência doméstica, bem como aos seus filhos. -----

----- Como se lê no mural, que hoje foi pintado pela Rede 8 de Março, em 2014 foram assassinadas trinta e cinco mulheres, pelos seus companheiros. E nós dizemos; nem mais uma. O feminismo nunca fez mal a ninguém. O machismo mata todos os dias.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O dia vinte e cinco de novembro, foi marcado na história de Lisboa por um acontecimento muito marcante, em 1967, e refiro-me às inundações trágicas que assolaram Lisboa e a sua área metropolitana, e foi também, para além da tragédia e das centenas de vítimas que a política assassina na urbanização do fascismo originou, e do silêncio, também assassino, que a comunicação social da época praticou, foi também um momento que eu gostaria de evocar, e não foi para isto que me inscrevi, mas esta simpática referência da Senhora Presidente fez-me lembrar, e que de facto, também é o dia dos meus anos, vinte e cinco de novembro de 1967, e foi um momento simbólico do nascimento de uma corrente de solidariedade a nível da população mais informada de Lisboa, nomeadamente da Academia dos estudantes universitários da solidariedade ativa para com as vítimas dessa tragédia, e na recuperação e no apoio militante às vítimas dessas cheias. Portanto, esse é um momento que com alguma emoção eu gostaria aqui de evocar. -----

----- De qualquer modo, o dia vinte e cinco de novembro, noutra época mais próxima, também correspondeu a acontecimentos políticos também relevantes na sociedade portuguesa, e o Grupo dos Deputados Independentes queria manifestar aqui a sua intenção de votar contra a saudação número um, e com o seguinte enquadramento; nós não podemos subscrever, e nessa medida, iremos votar contra os termos da parte conclusiva do documento que o Grupo Municipal do CDS-PP, nos submeteu. É evidente que o CDS-PP como qualquer outro grupo municipal, tem toda a legitimidade para apresentar moções, recomendações, saudações, exprimindo, como é o caso, nos seus considerandos, digamos a visão ideológica de que são protagonistas, e nós não deixaríamos de votar livremente a favor, contra ou em abstenção, um documento porque nos seus considerando por ventura, haja frases ou considerações com as quais nem todos nós nos identificamos, a questão não está aí, embora lamentemos que num desses considerandos, o CDS-PP se refira em termos negativos em relação à Constituição da República, aprovada em 1976, e que nós entendemos que é o denominador comum que deveria, e deverá, unir todos os democratas neste país e na sua aplicação viva. O que nós não podemos, de forma nenhuma, aceitar é que na parte conclusiva se diga que “os acontecimentos do vinte cinco de novembro, e as pessoas que o protagonizaram colocaram, novamente”, este advérbio de modo é uma frase assassina, “colocaram novamente Portugal na senda da democracia, da paz e da liberdade”. Não discutimos que as alterações que houve na organização política portuguesa, a partir dessa data, possam ter tido um papel positivo, nomeadamente, em conseguir a aprovação da Constituição da República, mas não foi, de modo nenhum, esse acontecimento que devolveu a Portugal a democracia, a paz e a liberdade. Foi um processo dinâmico, desenvolvido após o 25 de Abril de 1974, em todas as semanas, meses e dias, que conduziram até à aprovação da Constituição da República. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Grupo Municipal do PAN trás hoje ao Plenário desta Assembleia, três propostas de recomendação e uma proposta de moção.-----

----- As propostas de recomendação respeitam, por um lado, a não concessão de licenças municipais sempre que são utilizados circos com animais uma vez que isto fere todos os princípios de não provocar sofrimento, portanto é um atentado.-----

----- Por outro lado, em termos de ambiente apresentamos uma moção que defende a progressiva erradicação da utilização de herbicidas, e a criação de um novo julgado de paz para a cidade.-----

----- Relativamente, a este último ponto, eu queria salientar que o Julgado de Paz que existe tem desempenhado uma tarefa notável, tem sido responsável pelo agilizar de muitos processos da justiça, na Cidade de Lisboa, mas neste momento encontra-se com limitações sérias relativamente à sua capacidade, estando os meios humanos e as instalações esticadas para além dos limites razoáveis.-----

----- Por outro lado, podemos observar que quanto à proveniência dos utilizadores do Julgado de Paz podemos observar que são, sobretudo, cidadãos próximos do Julgado de Paz atual. Parece-nos importante que uma atividade da justiça que tem merecido a aceitação da cidade e tem dado resultados muito positivos deva estar ao serviço de toda a cidade, e não apenas da zona norte da cidade. E como esta instalação se encontra, já para além da sua capacidade, recomendamos que seja criado um novo Julgado de Paz, seja na zona oriental da cidade onde, provavelmente, terá maior utilidade, ou por uma questão geográfica, na zona central, no centro histórico.-----

----- Finalmente, apresentamos uma moção relativa à eliminação da violência contra as mulheres. É uma moção que tem toda a atualidade, não só por estarmos a comemorar o dia próprio para esse efeito, mas porque chegou o momento, se é que não tinha chegado antes, de dizer basta a esta barbaridade que atinge a nossa sociedade.-----

----- Creio que a Assembleia Municipal não se pode alhear desta temática, pois a violência contra as mulheres, e a violência doméstica, também existem no nosso município. Para esse efeito, iremos, posteriormente, recomendar um debate sobre esta matéria.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ «Os Verdes» apresentam cinco documentos para apreciação deste plenário.-----

----- A moção sobre o Orçamento de Estado pretende que esta Assembleia, perante o agravamento das desigualdades sociais, do entrave ao desenvolvimento do país e dos obstáculos à capacidade de intervenção dos municípios, exija o cumprimento da Lei das Finanças Locais, impedindo o corte nas transferências para os municípios e procedendo ao reforço de transferências para a Área Metropolitana de Lisboa e que exija o fim das restrições à autonomia municipal na política de recursos humanos.-----

----- Mesmo com o aumento de receita fiscal por parte do Estado, este Orçamento prevê cortes na verba global de transferência para os municípios e, à semelhança de anteriores, institui restrições à autonomia e gestão do Poder Local, ignorando

completamente as especificidades da Administração Local e tratando as autarquias locais como órgãos descentralizados do Governo.-----

----- Para «Os Verdes», esta situação é completamente inaceitável e o Orçamento deveria reconhecer o papel fundamental dos municípios, salvaguardando a autonomia e gestão do poder local. -----

----- Queremos dirigir ainda uma palavra de solidariedade e apoio à Marcha Nacional promovida pela CGTP, que terminou hoje frente à Assembleia da República, contestando o Orçamento de Estado e reivindicando novas políticas. -----

----- A moção “Em defesa dos trabalhadores da Segurança Social” propõe uma tomada de posição por parte desta Assembleia relativamente à intenção do Governo de atirar para a “requalificação”, a antecâmara do despedimento coletivo, 697 trabalhadores, com o intuito claro de diminuir o número de trabalhadores naquele organismo e, globalmente, na Administração Pública. -----

----- A moção sobre a pobreza surge precisamente devido à necessidade cada vez mais premente de erradicar a pobreza em todas as suas formas. -----

----- Atualmente, uma em cada sete pessoas no mundo passa fome, 200 milhões sobrevivem sem emprego e o número de pobres aumenta de dia para dia, principalmente nos países de rendimento médio onde as desigualdades se acentuam. ---

----- Nesta situação encontra-se Portugal, onde as medidas de austeridade têm tido um forte impacto na população portuguesa, e Lisboa não fica imune às consequências destas políticas.-----

----- Assim, propomos que este plenário assumira uma posição de defesa de políticas que erradiquem a pobreza, através da promoção dos direitos dos cidadãos, da supressão das desigualdades e das discriminações e da justa distribuição da riqueza. ---

----- Passando às recomendações, apresentamos uma sobre o 80º aniversário do Parque Florestal de Monsanto, pois consideramos que esta data, mais do que ser assinalada, deverá servir para a CML fazer o que há muito deveria ter feito. -----

----- Tendo em vista a efetiva proteção e preservação de Monsanto, “Os Verdes” propõem, além da saudação deste aniversário, que a Câmara procure resolver os problemas relacionados com a circulação automóvel, atualize e desenvolva o Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto, informe sobre os trabalhos de requalificação dos solos do Campo de Tiro, assim como do Aquaparque, que requalifique o Edifício Panorâmico, que estude a possibilidade de integração do Parque Florestal na Rede Natura 2000 e da sua classificação com vista a integrá-lo na Rede Nacional de Áreas Protegidas. -----

----- Por fim, a Recomendação sobre o Regimento de Sapadores Bombeiros pois havendo uma melhora nas condições de trabalho dos bombeiros, haverá naturalmente uma melhoria na qualidade do serviço prestado e uma diminuição dos acidentes profissionais.-----

----- Relembremos algumas das reivindicações dos bombeiros: o reforço de efetivos, equipamentos e viaturas e a aprovação do Regulamento Interno, um instrumento imprescindível para a melhoria da eficiência organizacional do RSB. -----

----- Recordamos que as aquisições por parte da autarquia são positivas mas não são suficientes para resolver os problemas do Regimento. -----

----- Propomos, por isso, saudar o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa pelas excelentes classificações no Campeonato do Mundo de Desencarceramento, e que a CML dialogue com o Regimento no sentido de solucionar os problemas existentes e que proceda, no mais curto espaço de tempo, à aprovação do Regulamento Interno, previamente concertado com o Regimento.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PCP trás uma saudação à Marcha Nacional promovida pela SGTP, marcha que vem defender os direitos dos trabalhadores e que, desde o dia vinte e um, tem percorrido todo o país contra as medidas deste Orçamento de Estado para 2015, e hoje terminou a sua marcha em frente à Assembleia da República. -----

----- Para dar um exemplo das medidas de que ficámos reféns e, diz este Governo, que quer terminar com a austeridade, continuamos reféns do empréstimo que foi feito pelo FMI, e um ano de juros desta dívida, daria, por exemplo, para setecentos e um anos para apoio direto às artes, em Portugal, oito anos de medicamentos gratuitos, em todos os hospitais, e para todos os portugueses, vinte e cinco anos de propinas gratuitas para todos e até ao doutoramento, a reposição de três anos de cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública, sessenta vezes o valor da EGF, quarenta e cinco casas para cada sem abrigo, em Portugal, o abono de família que foi tirado às crianças, este ano, e os próximos trezentos e oitenta e nove anos, a sua reposição, isto é um ano de juros da dívida e é isto que os trabalhadores portugueses estão a pagar, reféns que estão deste Governo e, necessariamente, os trabalhadores que hoje se manifestaram diante da Assembleia da República estão a demonstrar que quando este Governo for, já vai tarde, e que a demissão é o único ato de honra que este Governo, ainda, pode ter, e que o Presidente da República deveria, também, ser chamado a assumir a sua responsabilidade, a dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas. -----

----- Nesse sentido, apresentamos esta moção que vem reconhecer a luta dos trabalhadores, vem saudá-la, e vem exigir a mudança de rumo e o investimento no aparelho produtivo nacional e na criação do trabalho com direitos e da garantia de dignidade a todos e a todas. -----

----- Apresentamos, também, um voto de louvor pelo reconhecimento do Cinema Português. No nosso voto de louvor nomeamos alguns daqueles que são realizadores, produtores e os trabalhadores da própria indústria do cinema que dentro de Portugal quase que não têm qualquer reconhecimento, os seus filmes não são exibidos nas salas portuguesas e, no entanto, nos festivais de cinema de Berlim, de Locarno, em Canes, sempre lhes é reconhecido, muitas vezes, com maior prémio como foi o caso do Prémio de Locarno atribuído a Gabriel Abrantes, ou como é os casos dos Prémios em Canes, atribuídos a outros realizadores. -----

----- Este ano, e neste voto, saudamos em função daqueles que foram os prémios a que foram atribuídos pela Associação Portuguesa da Academia Portuguesa de Cinema,

Guerra da Mata e João Paulo Rodrigues pelo filme “A Última Vez que Vi Macau”, que é um filme absolutamente extraordinário, que tem passado por todo o cinema mundial e, infelizmente, em Portugal, as salas recusam-se a exhibir e os produtores recusam-se a distribuir o cinema português. -----

----- Nesse sentido, propomos à Assembleia Municipal de Lisboa que se junte a esta saudação e a este voto de louvor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu venho em nome da 2ª Comissão Permanente, que é a Comissão Permanente de Economia e Turismo. Não está cá hoje o Presidente da 2ª Comissão, e eu venho intervir na sequência da intervenção que fez o Dr. Miguel Coelho, relativamente aos “TUK TUK”. -----

----- Ora bem, a 2ª Comissão preocupou-se com este assunto, ouviu a Federação Portuguesa de Táxis, ouviu a Antral, ouviu o Diretor Municipal de Mobilidade e transportes que estará a fazer um regulamento, ouviu os eco “TUK TUK”, e por conseguinte está a preparar um contributo para o regulamento que a Câmara está a terminar. -----

----- Nós gostaríamos que se soubesse o número de veículos, destes triciclos, enfim, que circulam pela cidade. Gostaríamos que fosse definido o número ideal para a cidade, o número que a cidade comporta e necessita, tal como é feito para os táxis, gostaríamos que fosse criado um estacionamento próprio e também, junto aos monumentos que eles visitam, ou alternativo, para que não fique engarrafamento. Quereríamos que houvesse condições de segurança para os veículos, que fosse definido e fiscalizado o número de passageiros, e que houvesse um seguro para os passageiros. Achamos que se deveria criar uma moratória para que os veículos passassem a ser elétricos, o que diminui a poluição e o barulho, e dar a estes que optassem pelos veículos elétricos, benefícios fiscais. E que fosse fiscalizada a atividade de modo a que não se substituíssem aos táxis, o que é importante, porque não foi essa a função para que nasceram na cidade, mas sim, que se restringissem aos passeios turísticos no centro histórico, e quando falo do centro histórico, falo do centro histórico alargado que vai até S. Vicente, Feira da Ladra, Beira-rio, Alfama, Mouraria, Baixa, enfim, todo esse centro histórico alargado, e gostaríamos, também, para termos a certeza que a Câmara tem uma palavra a dizer, que a Câmara fizesse parte da Comissão que licencia os “TUK TUK” na cidade. -----

----- Muito obrigada, e provavelmente, na próxima sessão, apresentaremos, em nome da 2ª Comissão, este conjunto, enfim, de pensamentos que nós produzimos todos juntos para facilitar, e tendo ouvido todos nos intervenientes na cidade, para facilitar de facto, também, o trabalho da Câmara uma vez que também ouvimos quem está no terreno. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, não temos mais inscrições. -----

----- A Mesa queria somente lembrar à Senhora Deputada Cristina Andrade Carvalho que a Câmara Municipal, o Município de Lisboa, não dispõe de uma casa abrigo para a violência doméstica, mas há uma bolsa de fogos para vítimas de violência doméstica que é gerida pela associações que trabalham com a violência doméstica por acordo com a Câmara, e esses fogos não entram no concurso de distribuição normal de fogos municipais, são entregues sob confidencialidade a quem deles, precisa. -----

----- Portanto, entendeu-se que para essa solução era preciso ter um sítio físico onde toda a gente sabia onde elas estão, pelo que este mecanismo existe e se quiser mais informações poderá obtê-las junto da Câmara. -----

----- Vamos então passar agora à votação, e se a Mesa cometer algum lapso peço-vos que nos ajudem pois são muitos documentos e vamos procurar seguir com eficiência o nosso guião de votações.-----

----- A primeira coisa que vai ser colocada à votação são os votos.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Louvor nº 1/50**, apresentado pelo PCP. Não há votos contra, nem abstenções, o **Voto de Louvor nº 1/50** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº 1/50**, apresentado pelo CDS-PP. Votos contra do PCP, BE, PEV, 6IND e 1 Deputado do PS, abstenções do PS, PNPB e PAN, e os votos a favor do PSD, CDS-PP e do MPT. O **Voto de Saudação nº 1/50** foi **aprovado por maioria**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº 2/50**, apresentado pelo PCP. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do PNPB, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, 6IND e do MPT. O **Voto de Saudação nº 2/50** foi **aprovado por maioria**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº 3/50**, apresentado pelo PS. Não há votos contra, nem abstenções, o **Voto de Saudação nº 3/50** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Segue-se a **Moção nº 1/50**, apresentada pelo PCP. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do PNPB, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, 6IND e do MPT. A **Moção nº 1/50** foi **aprovada por maioria**.-----

----- A **Moção nº 2/50**, apresentada pelo PAN, há um aditamento sobre esta moção a um dos considerandos, ou melhor, no final dos considerandos, adicionar entre o considerando que começa: “Para alcançar os seus objetivos, o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 ...” e o considerando: “...entendemos que a Autarquia de Lisboa e a Assembleia Municipal de Lisboa não se podem alhear...”, há um novo considerando que diz: “Considerando que foi aprovado por unanimidade no último dia vinte e três de setembro, por esta Assembleia Municipal, o primeiro Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e de Género, da Câmara Municipal de Lisboa”. É com este aditamento que a **Moção nº 2/50** vai ser posta à votação. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Os Senhores Deputados Independentes informam que também subscreveram a moção com este aditamento, e que fique registado em ata.-----

----- A **Moção nº 3/50**, apresentada pelo BE. Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e do MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A Mesa pergunta se pode votar, também, a **Moção nº 6/50**, apresentada pelo PEV, que também é sobre o Orçamento de Estado? Elas não são contraditórias, vamos colocar à votação a **Moção nº 6/50**. Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e do MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Moção nº 4/50**, apresentada pelo MPT. Pedem a votação por pontos desta moção. Vamos então votar o **ponto nº 1** da **Moção nº 4/50**, não há votos contra, votos de abstenção de 6IND e do PAN, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP e MPT. O **ponto nº 1** da **Moção nº 4/50** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar aos **pontos 2 e 3** da **Moção nº 4/50**, não há votos contra, votos de abstenção de 6IND, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e MPT. Os **pontos 2 e 3** da **Moção nº 4/50** foram **aprovados por maioria**. -----

----- A **Moção nº 5/50**, apresentada pelo PEV. Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e do MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Moção nº 7/50**, apresentada pelo PEV, que tem um aditamento também num considerando, no último considerando, o aditamento é o seguinte: “Considerando que o Município de Lisboa já criou, também, um Fundo de Emergência Social às famílias e um Plano Municipal para a Pessoa Sem Abrigo”. Com este considerando, a **Moção nº 7/50** vai ser posta à votação. Votos contra do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e do MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar, agora, à votação das recomendações. -----

----- A **Recomendação nº 1/50**, apresentada pelo CDS-PP. Pedem a votação por pontos desta recomendação. Vamos então votar os **pontos 1 e 3** da **Recomendação nº 1/50**, não há votos contra, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, 6 IND, PEV, PAN, PNP e MPT. Os **pontos 1 e 3** da **Recomendação nº 1/50** foram **aprovados por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 2** da **Recomendação nº 1/50**, votos contra do PCP, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, 6 IND, PAN, PNP e MPT. O **ponto 2** da **Recomendação nº 1/50** foi **aprovado por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 2/50**, apresentada pelo PAN. Votos contra de 1 Deputado Independente, 1 Deputado do PSD, do CDS-PP e do MPT, votos de abstenção de 2 Deputados Independentes e de 1 Deputado do PS, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 3/50**, apresentada pelo PAN. Não há votos contra, votos de abstenção do PSD e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 4/50**, apresentada pelo PAN. Não há votos contra, votos de abstenção de 3 Deputados do PSD, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND e MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 5/50**, apresentada pelo PCP. Não há votos contra, votos de abstenção do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e MPT. Foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 6/50**, apresentada pelo BE. Pedem a votação por pontos desta recomendação. Vamos então votar os **pontos 1 e 3 da Recomendação nº 6/50**, votos contra do PSD, votos de abstenção do CDS-PP, do MPT e de 6IND, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN e PNP. Os **pontos 1 e 3 da Recomendação nº 6/50** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 2 da Recomendação nº 6/50**, votos contra do PS, PSD e do CDS-PP, votos de abstenção de 6IND, PNP e do MPT, votos a favor do PCP, BE, PEV e PAN. O **ponto 2 da Recomendação nº 6/50** foi **rejeitado**. -----

----- A **Recomendação nº 7/50**, apresentada pelos Grupos Municipais representados na 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- A **Recomendação nº 8/50**, apresentada pelo MPT. Pedem a votação por pontos desta recomendação. Vamos então votar os **pontos 2 e 3 da Recomendação nº 8/50**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PAN e de 6IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PNP. Os **pontos 2 e 3 da Recomendação nº 8/50** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 1 da Recomendação nº 8/50**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PCP, PAN e de 6IND, votos a favor do PS, PSD, BE, PEV, MPT e PNP. O **ponto 1 da Recomendação nº 8/50** foi **aprovado por maioria**. -----

----- A **Recomendação nº 9/50**, apresentada pelo PEV. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 10/50**, apresentada pelo PEV. Pedem a votação por pontos desta recomendação. Vamos então votar o **ponto 1 da Recomendação nº 10/50**, referente à saudação ao Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 1 da Recomendação nº 10/50**, referente à recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. Não há votos contra, votos de abstenção do PS, e votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, 6IND, MPT e PNP. O **ponto 1 da Recomendação nº 10/50** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 2 da Recomendação nº 10/50**, referente à recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. Votos contra do PS, votos de abstenção do PNP, e votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, 6IND e do MPT. O **ponto 2 da Recomendação nº 10/50** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar ao **ponto 3 da Recomendação nº 10/50**, referente à recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 11/50**, apresentada pelo PS. Não há votos contra, votos de abstenção do PSD e do PEV, e votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PAN, 6IND, MPT e PNP. A **Recomendação nº 11/50** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 12/50**, apresentada pelo PS. Pedem a votação por pontos desta recomendação. Vamos então votar os **pontos 2 e 3** da **Recomendação nº 12/50**, votos contra do PAN, MPT e de 6IND, votos de abstenção do PSD e do BE, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV e PNP. Os **pontos 2 e 3** da **Recomendação nº 12/50** foram **aprovados por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **ponto 1** da **Recomendação nº 12/50**, votos contra do PAN e de 6IND, votos de abstenção do PSD e do BE, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT e PNP. O **ponto 1** da **Recomendação nº 12/50** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos então votar os **pontos 4 e 5** da **Recomendação nº 12/50**, votos contra do PAN, MPT, PCP, PEV e de 6IND, votos de abstenção do PSD e do BE, votos a favor do PS, CDS-PP e PNP. Os **pontos 4 e 5** da **Recomendação nº 12/50** foram **aprovados por maioria**.-----

---- Senhores Deputados, terminamos as votações destes documentos. A Mesa irá dar-lhes o devido encaminhamento, como é habitual.-----

----- Agradeço a colaboração que tive nestas votações e peço desculpa por alguma falha.-----

----- Vou colocar, agora, à votação as **Atas 16, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29** (primeira parte da sessão), **30, 31, 33 e 36**. Se ninguém pede para separar nenhuma delas, a Mesa irá pôr à votação todas as atas em conjunto, este importante conjunto de atas. Não há votos contra, nem abstenções, as **Atas 16, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 33 e 36**, foram **aprovadas por unanimidade**.-----

----- A Mesa quer fazer uma referência expressa ao Núcleo que tem estado a redigir as atas, que estão a fazer um esforço muito grande para colocarem as atas em dia, pelo que julgo que merecem uma saudação dos Deputados Municipais desta casa. (Aplausos do Plenário). É um trabalho moroso mas é fundamental para que fique registado tudo o que se passa na “casa da cidadania”.-----

----- Vamos então entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A primeira votação que a Mesa vos vai pedir é a alteração da ordem de trabalhos conforme eu anunciei no início da reunião. O pacote dos impostos, ou seja, os pontos 2, 3, 4 e 5, mais a proposta 560/2014, ponto 8, serão apreciados antes da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. A Mesa vai colocar à vossa consideração a presente alteração à ordem de trabalhos. Não há votos contra, nem há votos de abstenção, está **aprovado por unanimidade**.-----

----- Sendo assim, vamos começar de imediato a discussão do pacote de impostos e que é uma discussão em conjunto das quatro propostas dos impostos para 2015, impostos e direito de passagem. São as propostas 722/2014, sobre IMI, 723/2014, sobre a Derrama, 724/2014, sobre IRS, e 725/2014, sobre os Direitos de Passagem. ----

----- E tem a palavra o Senhor Vice-Presidente para apresentar este conjunto de propostas.”-----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA Nº 722/2014 – APRECIAR A PROPOSTA Nº 722/2014 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (APRECIACÃO CONJUNTA COM AS PROPOSTAS 723/2014, 724/2014 E 725/2014 - (3XGRELHA BASE-MÁXIMO 3H)**-----

----- (anexada à presente ata como anexo XXIV, e dela faz parte integrante);-----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 723/2014 – APRECIAR A PROPOSTA Nº 723/2014 – DERRAMA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 14º, DO Nº 2 DO ARTIGO 16º E DO ARTIGO 18º, TODOS DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO (APRECIACÃO CONJUNTA COM AS PROPOSTAS 722/2014, 724/2014 E 725/2014 - (3XGRELHA BASE-MÁXIMO 3H)**-----

----- (anexada à presente ata como anexo XXV, e dela faz parte integrante);-----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 724/2014 – APRECIAR A PROPOSTA Nº 724/2014 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 26º, DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, (APRECIACÃO CONJUNTA COM AS PROPOSTAS 722/2014, 723/2014 E 725/2014 - (3XGRELHA BASE-MÁXIMO 3H)**-----

----- (anexada à presente ata como anexo XXVI, e dela faz parte integrante);-----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA Nº 725/2014 – APRECIAR A PROPOSTA Nº 725/2014 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DA ALÍNEA M), DO ARTIGO 14º E DO ARTIGO 20º, AMBOS DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, (APRECIACÃO CONJUNTA COM AS PROPOSTAS 722/2014, 723/2014 E 724/2014 - (3XGRELHA BASE-MÁXIMO 3H)**-----

----- (anexada à presente ata como anexo XXVII, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XXVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estas propostas consubstanciam uma opção política clara, ter os impostos baixos na Cidade de Lisboa. Estas propostas significam que, em 2015, teremos em Lisboa, a mais baixa taxa de IMI, permitida pela lei, e que Lisboa terá a mais baixa taxa de IMI de toda a área metropolitana, só igualada por um Concelho que é Vila Franca de Xira.-

----- Esta proposta significa, também, que em 2015, o Concelho de Lisboa, devolverá metade do IRS que tem direito aos Municípios do Concelho de Lisboa. Neste momento, Lisboa é o único concelho da área metropolitana que o faz. Devolveremos, pois, metade do IRS a que temos direito.-----

----- A terceira proposta é de isenção da Derrama para todas as empresas que tenham um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, e isenção da Derrama para as empresas na área do comércio, do pequeno comércio e da restauração com volume de negócios até um milhão de euros.-----

----- Este é o terceiro ano que tomamos esta decisão, o terceiro ano de tomarmos uma decisão de termos os impostos baixos, no mínimo. Isto significa, uma política que querer que a cidade seja atrativa para as famílias e para as pessoas, conjugada com uma política de ter as contas da Câmara em ordem, tem-se traduzido numa devolução significativa de rendimento aos lisboetas.-----

----- No final de 2015, teremos devolvido às famílias que habitam Lisboa, noventa e cinco milhões de euros. E pelo facto de termos as contas da Câmara em ordem, isto é, pelo facto de termos a liberdade para gerir as taxas de impostos e não termos que as colocar no máximo, no final de 2015, as famílias terão do seu lado mais duzentos milhões de euros do que aquilo que teriam se a Câmara Municipal tivesse dificuldades. Significa que se nós continuarmos esta política, a política de termos uma política fiscal atrativa, e uma política de termos as contas da Câmara em ordem, no final do mandato, teremos devolvido às famílias cerca de cento e setenta e cinco milhões de euros face a dois mil e doze, e teremos devolvido cerca de trezentos e cinquenta milhões de euros face à situação do município que por necessidade, tivesse que aplicar as taxas máximas de impostos.-----

----- Estas são pois, propostas da maior importância política pelo significado da ação que colocamos, pelo significado de querermos ter uma cidade atrativa para as famílias e para as empresas, mas também o resultado de uma aposta que fazemos de fundo, uma aposta para ter resultados terá de ser continuada no tempo como forma de dar um sinal claro a todos aqueles que residem no nosso país que podem escolher Lisboa como ponto central para desenvolver as suas vidas e para desenvolver as suas atividades porque aqui terão este apoio que a Câmara Municipal está em condições de lhes dar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política:-----

----- “Este pacote de impostos é um pacote que se vem mantendo, e foi acordado entre as várias forças políticas que compõem a Câmara Municipal de Lisboa, em 2012.

Como se recordam, em 2012, por força de uma entrada substancial financeira, tendo em conta o Aeroporto de Lisboa ter feito embolsar a Câmara em cerca de trezentos milhões de contos, isso permitiu que o serviço da dívida fosse amplamente reduzido. E as forças políticas, na altura, acordaram todas de que, de alguma forma, isso teria de se transmitir para os cidadãos, para a cidade, para a vida económica da Cidade de Lisboa, para as empresas, para as pessoas, para as famílias, e isso foi, de facto, importante. E é também importante o que o Senhor Presidente da Câmara disse na altura, que disse que esta situação, em 2012 e 2013, só seria sustentável se este pacote de impostos se mantivesse durante um prazo longo, para as pessoas saberem com o que contam, quer as famílias que desejem habitar Lisboa, quer quem eventualmente deseje instalar-se em termos económicos, em termos comerciais, na Cidade de Lisboa.

----- Há que haver uma consistência contínua desta situação, por isso é muito importante que o Senhor Presidente da Câmara cumpra a sua palavra, e o Senhor presidente da Câmara cumpriu-a. Por isso, nós desejamos e vamos votar favoravelmente este pacote, e desejamos que o Senhor Presidente da Câmara, nos próximos anos, continue a respeitar a sua palavra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de relatora do parecer conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Por determinação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, foi remetida no dia treze de novembro de 2014, à Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, as propostas 722/2014, 723/2014, 724/2014 e 725/2014, para análise, discussão e emissão de parecer até vinte e quatro de novembro, dado o seu agendamento em Plenário estar previsto para a sessão de hoje, dia vinte e cinco. -----

----- Após discussão e consulta das tabelas orçamentais e documentos anexos à proposta, e atendendo a não ter sido considerado necessário obter esclarecimentos adicionais por parte da Câmara Municipal de Lisboa, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, reunida a vinte e quatro de novembro, deliberou elaborar o parecer sobre as referidas propostas. -----

----- Atento aos pressupostos legais e normativos que sustentam todas as propostas em apreço, acrescido do mérito constitucional conferido às autarquias no âmbito do princípio da autonomia local, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos deliberou que as propostas ora em apreço, se apresentam livres de impedimentos técnicos e legais que impeçam a sua aprovação. -----

----- As quatro propostas em apreço, e em votação, prevêm a manutenção do regime de taxas reduzidas, quer relativamente ao IRS, quer relativamente à taxa mínima no IMI, quer o regime de isenções da Derrama e também, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

----- Afere-se, perante as mesmas, que a CML reitera adoção de uma política fiscal de aligeiramento da carga fiscal sobre os municípios em prejuízo de si própria, relevando na manutenção das taxas ora propostas, a necessária estabilidade fiscal num horizonte

alargado, permitindo a produção dos efeitos positivos expectáveis para a economia da cidade, das famílias e das empresas, facto que do ponto de vista da atividade das mesmas, deverá repercutir na estabilidade do quadro legal da receita do município. ----

----- As dificuldades estruturais que o município enfrenta, não se conjugam com aquela que é a necessidade imperiosa de manter uma relação com os cidadãos que esteja assente na legítima regulação da sua atividade e desenvolvimento da sua capacidade de prestar serviços e servir a cidade e os lisboetas. -----

----- Polarizar a cidade, em termos económicos, estimulando-a na perspetiva do aumento em escala dos critérios de eficácia e eficiência, decorre, também, de uma política fiscal atrativa. -----

----- Posto isto, e sem prejuízo do respetivo debate neste plenário, em torno das especificidades de cada uma das propostas em apreço, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos conclui que as mesmas se encontram em condições de serem apreciadas e votadas. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos hoje aqui para discutir o conjunto de propostas que prevêm os valores a cobrar, em 2015, provenientes do IMI, Derrama, IRS e Taxa de Direitos de Passagem, e sobre as quais o Partido da Terra pretende fazer algumas considerações. --

----- Em termos globais, as propostas que a Câmara apresenta assentam na manutenção de uma política fiscal atrativa e de apoio às famílias, numa altura de sufoco provocada pela crise económica e financeira, e que, segundo a mesma, irá resultar, para o ano, num benefício acumulado e líquido para as famílias, superior a 93,7 milhões de euros. -----

----- Num tempo, onde as famílias e as empresas ainda sofrem impactos provenientes da austeridade vivenciados nos últimos tempos, o Partido da Terra considera essencial que sejam dados incentivos de forma a minorar estes mesmos impactos, nomeadamente, no poder de compra e na criação de emprego por parte das empresas. -----

----- O Partido da Terra não concorda com a eficácia sustentabilidade da descida de impostos como elemento de atratividade para um território, designadamente, a Cidade de Lisboa. -----

----- No que diz respeito às empresas e no caso da Derrama, é certo que as mesmas possuem elevados valores de faturação, podendo escolher a sua localização segundo a política de impostos. Porém, não acreditamos que as isenções de Derrama prevista sejam suficientes para incentivar a atividade económica que se encontra estrangulada pelos impostos a um nível nacional. Basta relembrar quantos restaurantes fecharam na Cidade de Lisboa pelo aumento do IVA de 13% para 23%, e quantas pessoas foram para o desemprego devido a essa medida. Segundo se consta, a reposição da Taxa do IVA, na restauração, parece que é uma “carta fora do baralho” do atual Secretário-geral Socialista. -----

----- Quanto às famílias, elas não preferem residir em Lisboa pelo nível de impostos, mas sim pela capacidade de encontrarem habitação, seja para comprar ou alugar, a um

preço coincidente com as suas necessidades. A escolha baseia-se em determinados pressupostos dos quais se destacam escolas de qualidade e ofertas de vagas no pré-escolar. Para além destes, também na qualidade de manutenção do espaço urbano e o serviço prestado pela autarquia são determinantes na decisão de habitar em Lisboa. ----
----- O Partido da Terra saúda estas políticas sustentáveis de atratividade que o Município tem vindo a desenvolver, mas considera que, ainda, falta um longo caminho a percorrer.-----

----- Em relação à Taxa de Passagem, julgamos que a mesma não passa de mais um imposto que as empresas fazem repercutir na fatura dos consumidores, ainda que estas aleguem que não se trata de um serviço prestado, mas sim de uma taxa imposta pelo Município. Na realidade é uma passagem de património das empresas que lhes permite suportar um serviço, pelo que devia ser sustentada pela mesma, e não pelos consumidores.-----

----- Importa salientar que a Câmara optou por aplicar o valor mais alto, 0,25%, dando assim um sinal contrário aos munícipes.-----

----- Como é do conhecimento de V. Ex.^{as}, a Câmara tem vindo assistir a uma diminuição da sua receita nos últimos anos. De forma a contrariar essa tendência, o atual executivo prepara-se para introduzir novas taxas, que serão discutidas oportunamente, neste fórum, bem como manter pelo menos, durante mais um ano, a taxa reduzida de IMI, IRS e Derrama. Passados três anos de aplicação deste esforço de diminuição de impostos, será fundamental efetuar, em 2015, uma avaliação isenta da aplicação dessa política pois só com esse instrumento poderemos votar em consciência no Orçamento para 2016.-----

----- Nesse sentido, o Partido da Terra contesta um sistema de impostos simplificado e amigo das famílias e empresas mas, sobretudo que a receita arrecadada seja aplicada na execução de um serviço de qualidade, à população.-----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra irá votar a favor das propostas de IMI, IRS e Derrama, para 2015, aguardando para outra altura a discussão em 2016.-----

----- Considerando que a Taxa de Passagem se repercute sobre os consumidores, defendemos que não se deveria aplicar a taxa máxima, visto ser contrária ao esforço que se pretende dar às famílias.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar queria comunicar à Senhora Presidente que a máquina do café está avariada.-----

----- Agora, iria diretamente à questão na especialidade em relação a cada uma das propostas.-----

----- Diria em relação à questão da Derrama, que quanto às isenções propostas na Derrama, entendemos que as mesmas não acautelam de forma adequada as necessidades de financiamento do Município, bem como a justiça fiscal que deve presidir às referidas isenções.-----

----- Por isso, o BE propôs alterações às propostas de isenções, limitando-as em função do volume de faturação das empresas e assim, privilegiando as pequenas empresas de setores muito expostos à concorrência de grandes superfícies e cadeias comerciais, tendo a Câmara Municipal acolhido a nossa proposta. -----

----- O segundo tipo de isenções propostas pela Câmara Municipal de Lisboa e referente a empresas que instalem a sua sede em Lisboa e criem cinco ou mais postos de trabalho, apresenta, também, deficiências. E, por isso, o Grupo Municipal do BE fez uma proposta alternativa, que mantém, visto que não tem sido acolhida pela Câmara Municipal de Lisboa, procurando assegurar que tais isenções respeitem uma proporcionalidade entre o volume de faturação e os postos de trabalho criados, assegurando que os postos de trabalho que são criados na área do município de Lisboa, e que os postos de trabalho não sejam precários, sejam efetivos, assegurando assim uma maior dignidade no trabalho. -----

----- Com efeito, a formulação proposta neste ponto, pela Câmara Municipal de Lisboa, é infeliz a nosso ver, pois a localização da sede social em Lisboa não implica que os postos de trabalho não sejam criados no território de outros municípios, fazendo reverter a favor desses uma maior parte da Derrama. -----

----- E, por isso, apelava aqui à Câmara Municipal que tenha em conta este nosso argumento, e possa, ainda, aceitar a nossa proposta. -----

----- Em relação ao IMI, o BE apoia a proposta do município, fixando no mínimo legal a taxa do IMI, dos prédios urbanos, aprovando com exceção quanto á redução do IMI para os prédios arrendados para habitação as minorações propostas pela Câmara.--

----- A verdade é que esta maioria, tal como o PS, insiste em não aprovar a possibilidade de aplicar taxas reduzidas de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários. -----

----- O BE fez esta proposta através do projeto-lei 351/8, reprovado pelos votos do PSD, CDS-PP e PS. Visava com esta medida, concretizar um tratamento fiscal mais favorável à habitação própria permanente, assegurando uma maior efetividade de direito constitucional à habitação. -----

----- Constitui, em nosso ver, um tratamento grave de desigualdade para com os proprietários de habitação própria e permanente. -----

----- Por outro lado, a redução do IMI para os prédios destinados à habitação, que estejam arrendados, pode ser considerado como um estímulo ao mercado de arrendamento. No entanto, esta medida não assegura de forma eficaz, que haja arrendamento a custos aceitáveis. -----

----- O Grupo Municipal do BE veria com bons olhos que tal redução operasse, apenas, relativamente aos prédios cujo arrendamento fosse feito através de uma bolsa de arrendamento de custos controlados gerida pelo município.-----

----- Nestes termos, o BE vota favoravelmente a proposta, com exceção do seu ponto dois, alínea a). “-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- Apenas informar os Senhores Deputados que a máquina do café não está avariada, acabou-se sim o café, mas já mandamos pedir. É que houve um evento este

fim de semana, e houve um consumo excessivo de café, e não acautelamos que houvesse café suficiente para a sessão de hoje, por isso peço as nossas desculpas. Está-se a tratar do assunto. -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre o conjunto de propostas nº 722, 723, 724 e 725/2014 «Os Verdes» querem apenas deixar umas breves notas sobre a proposta do IRS e da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

----- Sobre as outras propostas consideramos que vão permitir um aligeiramento fiscal, o que é sem dúvida positivo, merecendo a nossa concordância. No entanto, no IRS e na Taxa de Direitos de Passagem já encontramos alguns aspetos negativos. -----

----- Quanto à proposta nº 724/2014 sobre o IRS a Câmara propõe-se a prescindir de metade da sua participação variável neste imposto, devolvendo-o aos munícipes. -----

----- Esta medida acaba por representar uma certa distorção na progressividade deste imposto, pois beneficia quem tem os escalões mais altos, o que acaba por ferir o princípio da capacidade contributiva. -----

----- «Os Verdes» têm, por isso, algumas reservas em relação à aplicação desta medida, que beneficia as classes económicas com rendimentos mais elevados, desviando do erário municipal recursos que são fundamentais para fazer frente a situações verdadeiramente urgentes na cidade de Lisboa. -----

----- Na prática, quem apresenta rendimentos menores, vê essa devolução ser nula pois abaixo de determinados valores, essa devolução não se verifica.-----

----- Através da proposta nº 725/2014, que diz respeito à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, o executivo propõe a aprovação do percentual de 0,25% relativo a esta taxa para o ano de 2015, a aplicar em cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas. -----

----- Também sobre esta proposta temos reservas e mantemos a posição que temos tido ao longo dos anos, pois não houve qualquer alteração nesta matéria, e não nos parece correto que o município pague em cada fatura esta taxa, pois deveriam ser as empresas a fazê-lo ao município. -----

----- Ou seja, recai mais uma vez sobre as populações uma taxa que devia ser paga pelas empresas. Os consumidores não só pagam o serviço que lhes é prestado, como também os custos internos associados, que são da responsabilidade das próprias concessionárias. -----

----- Assim, consideramos que os municípios devem ser ressarcidos dos ónus gerados sobre os seus territórios e da livre utilização do seu domínio público pelas concessionárias de serviços que utilizem infraestruturas de subsolo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre este pacote de propostas, IMI, Derrama, IRS e Taxas de Direito de Passagem, a primeira nota que o Partido Socialista quer aqui deixar, é realçar a coerência da Câmara Municipal de Lisboa de manter os impostos que dependem do

município ao nível mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa, ao nível mais baixo em relação a outras capitais de distrito do nosso país, de manter a sua coerência daquilo que é a sua política fiscal. Ou seja, Lisboa é a cidade mais competitiva ao nível fiscal, Lisboa prefere devolver o que poderia ser o máximo da sua receita fiscal àquilo que é a sua própria população a vários níveis, ao nível do IRS, do IMI, da Derrama, apoiando dessa forma o comércio local, PME's, dando um estímulo à economia local de forma a atrair mais população para Lisboa e dessa forma também compensar o preço por metro quadrado mais caro que a cidade tem. -----

----- E esta opção que parece simples, resulta que a Câmara Municipal de Lisboa deixa de receber quase trinta milhões de euros ao nível do IRS, valor este que os residentes de Lisboa recebem a mais por terem a sua morada fiscal no nosso concelho. É um benefício claro para a nossa população que tem como contraponto uma quebra na receita ao nível da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Fomos ver a lista das Câmaras Municipais que aplicam a taxa máxima de IRS, que aplicam os 5% de taxa máxima, temos Câmaras Municipais de todas as forças políticas como Almada, ou Seixal que aplica 5%, temos Câmaras como Maфра que aplica 4,8%, temos também Câmaras do PS que aplicam a taxa máxima ao contrário do que a Câmara de Lisboa faz.-----

----- E é esta política fiscal atrativa só tem sido possível devido também àquilo que é a solidez financeira da Câmara Municipal, com riscos conjunturais como qualquer entidade em Portugal, tem nesta altura, mas tem recolhido o fruto de um conjunto de decisões corretas que têm sido tomadas do ponto de vista da gestão da Câmara Municipal de Lisboa de baixar a sua dívida que, desde 2009, a dívida baixou quatrocentos e quarenta e dois milhões de euros, dos quais cento e setenta e dois milhões de euros que conseguiu também baixar a dívida com recursos a capitais próprios, de ter havido também investimento apenas com a folga resultante daquilo que é a baixa de dívida com o serviço de dívida e não o valor total que a Câmara também poderia ter investido, mas com uma estratégia de cidade, com uma estratégia de desenvolvimento que o município de Lisboa tem, desde 2008, que permite ter uma cidade mais atrativa com requalificações como a zona da Ribeira das Naus, como a Praça do Comércio, como as ciclovias, como a escola nova, o Arco da Rua Augusta que permite ter uma cidade cada vez mais turística e que é importante, também, para o ciclo global daquilo que é o pacote global no ponto de vista daquilo que é o Orçamento Municipal, que ao fim ao cabo todas essas matérias tem uma relação muito próxima e devem ser vistas como um todo.-----

----- Um ponto que para o Partido Socialista é importante é a valorização e o apoio ao comércio local, às PME's, às empresas que criam emprego na Cidade de Lisboa, que a aposta daquilo que é a baixa da Derrama zero que a Câmara Municipal de Lisboa faz que permite e que é algo importante não só para podermos atrair mais investimento, para atrair novas empresas, para criar postos de trabalho, mas também para manter uma cidade que tem também outros vetores e tudo isso cruza numa estratégia global que eu penso que é a diferença que existe entre a Governação da Câmara Municipal de Lisboa e a Governação que havia alguns anos atrás.-----

----- Há um ponto que nós sempre discutimos sempre que há este tipo de matérias, e que é a Taxa de Direitos de Passagem que é algo que eu acho que há uma notória, independentemente das posições que as forças políticas têm, há uma plataforma de entendimento das várias forças políticas até com a Câmara Municipal de Lisboa, de que aquilo que é necessário é haver uma alteração à lei que regule de forma mais clara essa taxa, porque de facto, Lisboa tem de receber essa taxa porque Lisboa tem uma série de custos pelo facto de haver os vários operadores que de forma constante têm de atuar nos vários subsolos da Cidade de Lisboa, e como tal aquilo que nós também consideramos, e aquilo que o Partido Socialista apela, é que possa haver uma alteração ao nível da lei em que aquilo que é o regulador possa ter uma ação mais ativa para que, de facto, aquilo que Lisboa recebe em relação a essa taxa, que é um valor muito pequeno face àquilo que são os outros impostos, que possa ser o mais correto e justo em relação àquilo que também é o custo que Lisboa tem. -----

----- Um outro ponto que também quero referir é que este cenário de evolução fiscal positiva, de baixa de impostos, de uma aposta no quadro fiscal atrativo, tem ocorrido um período em que tem havido também ao nível da Câmara Municipal de Lisboa uma quebra de receita estrutural que se nós formos buscar os dados de 2010, tem um valor de menos cento e cinquenta e quatro milhões de euros, com um valor acumulado das várias quebras da receita estrutural de menos trezentos e noventa e dois milhões de euros, o que mostra, mais uma vez, e realça, que só é possível graças à boa gestão que o executivo municipal tem feito, com a diminuição daquilo que é a despesa corrente, por exemplo, pegar naquilo que são os dados do Orçamento para o próximo ano, que já são conhecidos, mais uma vez, há uma redução de despesa corrente de menos 10,2 milhões de euros face a este ano. Ou seja, é por aquilo que é um “mix” de opções que foram tomadas ao longo do conjunto dos últimos anos, é pelo facto de Lisboa ter tido uma estratégia global em desenvolvimento, que neste momento temos esse pacote fiscal que é atrativo e que permite que haja vantagens claras para a população de Lisboa, e que permite, também, atrair não só empresas, como também a população para o nosso concelho.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na discussão deste conjunto de propostas sobre impostos, para 2015, saliento alguns aspetos que nos parecem fundamentais para a sua análise. -----

----- Em relação à proposta 722/2014, do IMI, o PCP está de acordo com o seu conteúdo dado que os seus valores consignados se mantêm e, como tal, sob ponto de vista social, e numa altura de crise e de dificuldades, é muito positiva a manutenção da taxa dos valores mais baixos que a lei permite. -----

----- Estas mesmas considerações aplicam-se à proposta 723/2014, da Derrama, cujas isenções, sob um ponto de vista social, são muito positivas. A propósito desta proposta da Derrama, devo dizer que o PCP está de acordo com a alteração que o BE propõe, na alínea c) 2, que é nomeadamente, que a criação dos postos de trabalho não pode ser criada por curso a contrato de trabalho a termo certo, obviamente, como recomendação à Câmara, desde que a Câmara aceite, enfim, também isto como

proposta. Portanto, em relação a estas duas propostas, o nosso sentido de voto vai ser favorável, obviamente. -----

----- A proposta 724/2014, a devolução de 2,5% de IRS, já não merece um parecer tão favorável quanto as anteriores, pelas razões que passo a expor; esta proposta visa devolver aos municípios de Lisboa a percentagem de 2,5% do IRS em valores insignificantes para a grande maioria, podendo até ser nula pois abaixo de determinados valores não há efetiva devolução. Para os municípios de rendimentos mais elevados, esta devolução poderá ser mais significativa, e sendo uma devolução em percentagem, em termos absolutos pode representar quantias elevadas para a Câmara.-----

----- Assim, o benefício fiscal que resulta do facto do município abdicar da sua participação no IRS é socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos. -----

----- Numa altura em que o Governo aumenta a carga fiscal e a Câmara vai aplicar aos municípios novas taxas, seria preferível que o IRS não fosse devolvido e que este valor as substituísse bem como a outras que não tenham carácter de urgência. -----

----- Os valores acumulados de devolução são significativos para a Câmara contrariamente ao impacto muito reduzido junto da população, pelo que seria muito mais correto a aplicação destes fundos na melhoria da qualidade de vida, melhorando os serviços prestados a higiene, a limpeza do saneamento, ambiente, a segurança de pessoas e bens. Isto permitiria aos municípios o retorno dos impostos, sendo claramente beneficiados em serviços prestados que são os serviços que a Câmara presta aos cidadãos.-----

----- Finalmente, a proposta 725/2014, a nossa posição também é conhecida há anos a esta parte, os Direitos de Passagem deviam de incidir nas empresas mas acabam por recair nas populações. São os municípios que pagam estes direitos e, como tal, é mais uma taxa que acaba indiretamente, por ser colocada. -----

----- Aproveitamos, também, para solicitar informação sobre o montante que a Câmara recebe desses direitos, uma vez que as empresas fazem recair sobre os municípios os tais direitos de passagem. Fundamental será a informação sobre se essas verbas são, efetivamente, entregues à Câmara. -----

----- Face ao referido, iremos votar contra as propostas 724/2014 e 725/2014. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Este conjunto de propostas é, de facto, da maior importância, e permitam-me que reforce aqui o que vamos votar de seguida, vamos votar a manutenção de Lisboa como um dos municípios do país com a fiscalidade mais baixa para residentes, seja ao nível do IRS, seja ao nível do IMI, mas também ao nível das atividades económicas sobre a Derrama. É uma aposta de fundo, uma aposta estratégica na criação de condições de atratividade para um município que todos reconhecemos que deve ter como objetivo o aumento da sua população residente, isto é, Lisboa funcionaria melhor com uma recuperação da população residente que tem perdido ao longo de

décadas, e este é um instrumento no qual as várias forças políticas apostaram, e decidimos apostar algum tempo atrás, com a convicção de que só poderemos ter resultados se mantivermos a aposta durante um período suficientemente prolongado para que se torne visível e claro que através da via fiscal alguma compensação, e uma compensação com significado para variáveis das quais o município tem mais dificuldade de intervir, como os custos com a habitação.-----

----- Permitam-me, também, que dê aqui respostas a algumas das questões que foram colocadas, e começaria pelas questões colocadas pelo PCP, relativamente ao IRS. Eu respeito, naturalmente, a posição de todos os partidos, e a posição do PCP tem uma coerência intrínseca, mas gostava de salientar que, apesar de tudo, o IRS é o único imposto verdadeiramente progressivo que existe no nosso sistema fiscal.-----

----- Podemos discutir, e eu concordo, se o IRS deveria ter uma maior abrangência de englobamento, podemos, até, discutir se o IRS não deveria ter uma configuração de abranger a generalidade dos agregados, seja a forma de imposto positivo, ou até, como muitos impõe, sobre a forma de imposto negativo a partir de determinado patamar de rendimentos, isto é, não havendo direito ou lugar à liquidação, haver direito à devolução em vez de ser por prestação social, ser ao nível do imposto. Mas, a verdade, é que o IRS é um imposto progressivo que não atuando nos estratos mais baixos, como a Senhora Deputada aqui colocou, e com razão, atua já a partir de escalões de classe média, classe média-baixa, que beneficiarão com a proposta da Câmara Municipal de Lisboa. Esta é uma proposta que beneficia claramente as famílias do município, não beneficiará todos, infelizmente, os residentes, mas para esses nós tentamos sempre acautelar ao nível dos nossos serviços a existência de taxas sociais e tarifas sociais que permitam esse benefício.-----

----- Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nós enfrentamos um duplo problema. O primeiro problema é que a lei limita, e mal, que estes direitos de passagem seja a única taxa cobrada às operadoras de telecomunicações que operam no Município de Lisboa. Significa isto, no conjunto, e a forma como a taxa está desenhada, no conjunto das catorze operadoras que operam no município geram uma receita para o município de cerca de quatrocentos mil euros. Para terem uma noção, nós estamos a falar de um valor que está entre um sexto e um oitavo, do valor que uma operadora de água, ou de gás, paga em taxa de ocupação do subsolo, ao Município de Lisboa. Por isso, a lei está deficientemente construída e configurada, limitando o ressarcimento do município e dos munícipes, relativamente à utilização do bem do domínio público, com uma agravante adicional, é que algumas destas companhias estão a alugar o espaço público que quase gratuitamente usufruem do Município de Lisboa, junto de outros operadores, obtendo assim receitas com significado. Esta é uma dificuldade que resulta, exclusivamente, da lei, da qual o município não tem capacidade de intervir a não ser pugnar pelos meios próprios pela alteração da legislação.-----

----- O segundo aspeto, é a capacidade de repercussão nos consumidores finais das taxas de natureza municipal. É uma tendência que temos visto muito regular do ponto de vista da regulação. Já o vemos, por exemplo, na área do gás, várias vezes aqui

falamos das taxas relativamente ao gás que aparece discriminado na faturação a transmissão do custo numa fórmula que o regulador determinou, e aqui nas telecomunicações. É de facto, uma questão que tem vindo a alastrar e tem vindo a alastrar no sentido da visibilidade, quer da aceitação do regulador dos custos dos municípios, quer depois, da sua repercussão expressa. Mais uma vez, está fora do alcance do município. -----

----- Relativamente às propostas do BE, e não querendo aqui suscitar o que me parece uma incongruência de poder haver decisões da Assembleia que colidam, até com os princípios orçamentais, não é o caso, nem com o equilíbrio orçamental, não é o caso, gostava de precisar o seguinte; do ponto de vista do desenho da Derrama é totalmente claro que o apoio à criação de postos de trabalho se dirijam a postos de trabalho que são criados no município, porque a Derrama distribuíse em função da massa salarial gerada nos estabelecimentos do país em função dos concelhos de residência. E relativamente à questão adicional que é colocada, há uma divergência relativamente à vontade, não creio que seja aqui o sítio local da afirmação de uma política laboral de estabilidade ao penalizar empresas que possam criar postos de trabalho, ainda que não a título definitivo. Gostava de tornar claro que estamos sempre a falar de postos de trabalho, de contratos de trabalho, de relações laborais. Não há qualquer apoio a qualquer empresa que utilize, ou seja utilizadora de empregos de trabalho temporário e que faça dessa utilização uma parte importante da sua força de recrutamento, e muito menos relativamente a prestação de serviço ocasionais. Isso já está fora do âmbito da proposta, o que a proposta diz é que se prende com postos de trabalho ao serviço das empresas. Por isso, a posição da Câmara é de manter a proposta tal como está, nos seus exatos termos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, vamos então iniciar a parte das votações. Em primeiro lugar vamos colocar à votação a **Proposta 722/2014**, sobre o **IMI**. Há um pedido do BE para votar separadamente a alínea a), do ponto número 2. Peço a vossa atenção, agora, a Mesa vai colocar à votação a **Proposta 722/2014**, à exceção da alínea a), do ponto número 2. Não há votos contra, nem abstenções, foi **aprovada por unanimidade** esta parte da proposta. -----

----- Agora sim, vamos colocar à votação a **alínea a)**, do **ponto número 2 da Proposta 722/2014** que fala na “redução de 20% da Taxa de IMI para prédios arrendados para habitação, com o reconhecimento da redução de forma automática após requerimento aos interessados e comprovação da verificação dos requisitos pelos serviços”. Não há votos contra, abstenção do BE, votos a favor PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, MPT, PEV PNP e 6 IND. A **alínea a)**, do **ponto número 2 da Proposta 722/2014** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresenta a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao Voto Favorável na Proposta n.º 722/2014* -----

submetida pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia na sessão de 25 de Novembro de 2014, para Imposto Municipal sobre Imóveis em 2015. -----

----- 1. O Grupo de Lista do PPD/PSD votou favoravelmente a Proposta em epígrafe por entender adequada a opção do município de Lisboa em aplicar a taxa mínima de 0,3% para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a redação conferida pela Lei n.º 83-C/2013 de 31DEZ – Lei do Orçamento do Estado para 2014.-----

----- 2. Considera igualmente adequadas as reduções e majorações efetuadas nos termos dos n.ºs 6, 7, 8 e 12 do referido artigo 112.º desse Código. -----

----- 3. A aplicação da taxa mínima e não de outra mais gravosa tem em atenção as dificuldades de muitas famílias que viram os seus rendimentos afetados em resultado dos desequilíbrios da governação anterior e subsequente pedido de auxílio financeiro internacional. -----

----- 4. Obedece também aos entendimentos estabelecidos com o Grupo de Lista do PPD/PSD, no âmbito da aprovação do Orçamento municipal para 2012. -----

----- 5. Entende porém este Grupo de Lista que seria conveniente e de flagrante justiça social o alargamento da redução adicional de 20% que se aplica apenas aos prédios arrendados para habitação, também aos prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação própria e permanente do sujeito passivo.” -----

----- **A Senhora Presidente** : -----

----- “Vamos passar à **Proposta 723/2014**, em que a **alínea c1)** tem uma redação diferente, aliás, a alínea c1) é substituída por duas alíneas, com uma redação diferente, apresentadas pelo BE. Portanto, a Mesa vai pôr à votação a **Proposta 723/2014** com exceção da alínea c1), que posteriormente será colocada à votação. Não há votos contra, nem abstenções, a **Proposta 723/2014**, com exceção da **alínea c1)**, foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos agora colocar à votação a **alínea c1)**, tal como foi apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sua versão final, ou seja, “com a criação dos cinco novos postos de trabalho e sede social em Lisboa...”, exatamente a redação que foi apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. Vamos pôr à votação. Votos contra do BE, não há votos de abstenção, votos a favor PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, MPT, PEV PNP e 6 IND. A **alínea c1)** está **aprovada por maioria**. Sendo assim, a alínea c1), apresentada pelo BE, está prejudicada, resta, no entanto, a alínea a que o BE chamou de c2), mas que é uma alínea diferente, e nova, não estava prevista na proposta inicial da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, a Mesa considera que ela tem de ser apreciada pelo Plenário. -----

----- Vou passar a ler a **alínea c2)**, peço a vossa atenção para não haver enganos na votação; o que o BE propõe é que “para efeitos desta isenção de Derrama, os postos de trabalho criados não podem ser criados por recurso a contrato de trabalho a termo”. Isto é a proposta do BE para a **alínea c2)**. Vamos pôr à votação. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, 1 voto da Mesa, PNP, votos de abstenção de 5IND e do MPT, votos a favor do PCP, BE, PAN e PEV. A **alínea c2)** foi **rejeitada**. Fica a versão que foi apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 724/2014**, sobre o **IRS**. Não há pedidos em separado. Vamos pôr à votação. Votos contra do PCP e do PEV, não há votos de abstenção, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PNP e 6 IND. A **Proposta 724/2014** está **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 725/2014**, sobre a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem**. Votos contra do PCP, BE, PEV e do MPT, votos de abstenção do CDS-PP e do PAN, votos a favor PS, PSD, PNP e 6 IND. A **Proposta 725/2014** está **aprovada por maioria**.-----

----- E terminamos a parte do pacote fiscal.-----

----- O BE diz que irão apresentar uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** apresenta a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“1.1 — A fiscalidade municipal:-----*

----- *Os impostos municipais relativamente aos quais os municípios tem o poder de fixar as respetivas taxas são a Derrama e o IMI, sendo a participação variável do município sobre o IRS uma forma de intervenção fiscal, ainda que o imposto principal esteja, quanto as taxas e isenções na esfera da competência legislativa da Assembleia da Republica. -----*

----- *Considerando a discussão conjunta destas propostas, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresenta uma declaração de voto conjunta sobre as mesmas.-----*

----- *1.2 — Proposta nº 723/CM/2014 - A Derrama:-----*

----- *A derrama e um imposto municipal cuja incidência e o lucro líquido tributável das pessoas coletivas e cuja taxa pode ser fixada até 1,5%, podendo os sujeitos passivos com um volume de faturação no ano transato inferior a cento e cinquenta mil euros ser tributados com uma taxa reduzida. -----*

----- *A Câmara Municipal de Lisboa propõe a taxa máxima, o que se compreende atendendo a baixa do IRC operada pelo Governo e maioria parlamentar, sem que concomitantemente sejam aliviados os rendimentos do trabalho fixados em sede de IRS, num claro desagravamento fiscal dos rendimentos de capital. -----*

----- *A Câmara Municipal de Lisboa propõe ainda a taxa 0% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de faturação no ano transato inferior a cento e cinquenta mil euros, o que merece o nosso aplauso, considerando a fragilidade destas empresas num mercado cada vez mais sorridente aos grandes operadores. -----*

----- *Já quanto às isenções propostas de derrama, entendemos que as mesmas não acautelam de forma adequada as necessidades de financiamento do Município, bem a justiça fiscal que deve presidir as referidas isenções.-----*

----- *Por isso, o Bloco de Esquerda propôs alterações as propostas de isenções, limitando-as em função do volume de faturação das empresas, e assim privilegiando as pequenas empresas de sectores muito expostos a concorrência de grandes superfícies e cadeias comerciais, tendo a Câmara Municipal acolhido tal proposta. ---*

----- *Um segundo tipo de isenções proposto pela Câmara Municipal de Lisboa, e referente a empresas que instalem a sua sede social em Lisboa e criem 5 ou mais postos de trabalho, apresenta também deficiências. Por isso, o Grupo Municipal do*

Bloco de Esquerda fez uma proposta alternativa, que mantém, visto não ter sido acolhida pela Camara Municipal de Lisboa, procurando assegurar que tais isenções respeitem uma proporcionalidade entre o volume de faturação e os postos de trabalho criados, assegurando que os postos de trabalho são criados na área do Município de Lisboa e, finalmente, que os postos de trabalho criados não são precários, assegurando assim a maior dignidade do trabalho.-----

----- Com efeito, a formulação proposta neste ponto pela Camara Municipal de Lisboa e infeliz, pois a localização da sede social em Lisboa não implica que os postos de trabalho não sejam criados no território de outros municípios, fazendo reverter a favor destes uma maior parte da derrama.-----

----- O Bloco de Esquerda vota assim a favor da proposta, não a acompanhando quanto a sua alínea c), votando a favor da emenda apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

----- 1.3 — Proposta nº 722/CM/2014 — O IMI: -----

----- O IMI constitui o grosso das receitas sobre o património em Portugal. Afigura-se injusto que num País onde muitos dos seus cidadãos possuem habitação própria seja este quase exclusivamente o património tributado, deixando-se de fora depósitos, valores mobiliários e bens de luxo. -----

----- Por outro lado, o aumento da carga fiscal do IMI por força da reavaliação dos imóveis e o fim da cláusula de salvaguarda dos aumentos de IMI acentuam ainda mais esta tendência. -----

----- O Bloco de Esquerda apoia assim a proposta do Município de Lisboa fixando no mínimo legal a taxa de IMI sobre prédios urbanos, aprovando, com exceção quanto a redução do MI para os prédios arrendados para habitação, as majorações e minorações propostas pela Câmara Municipal. -----

----- A verdade é que esta maioria governamental, tal como o PS, insiste em não aprovar a possibilidade de aplicar taxas reduzidas de MI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários. O Bloco de Esquerda fez essa proposta no Projeto de Lei nº 351/XII, reprovado com os votos do PSD, CDS e P5. ----

----- Visava-se com esta medida concretizar um tratamento fiscal mais favorável da habitação própria e permanente, assegurando uma maior efetividade do direito constitucional a habitação.-----

----- Assim sendo, a redução de IMI para os prédios arrendados, ainda que para habitação e em benefício do mercado de arrendamento, constitui um grave tratamento de desigualdade para com os proprietários de habitação própria e permanente, que tem de suportar o IMI na íntegra. A nosso ver esta diferença de tratamento é inaceitável.-----

----- Mais, a partir do ano transato, os proprietários de prédios arrendados foram ainda beneficiados com uma tributação máxima de 28% dos rendimentos prediais, ao passo que os rendimentos do trabalho podem ultrapassar a taxa de 40%, agravando a injustiça já descrita. -----

----- Por outro lado, a redução do IMI para os prédios destinados a habitação que estejam arrendados, pode ser considerada como um estímulo ao mercado de

arrendamento. No entanto, esta medida não assegura de forma eficaz que haja arrendamento a custos aceitáveis. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda veria com bons olhos que tal redução operasse apenas relativamente a prédios cujo arrendamento fosse feito através de uma bolsa de arrendamento a custos controlados, gerida pelo Município.-----

----- Nestes termos, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente a Proposta da Câmara Municipal, com exceção do seu ponto n.º 2, alínea a), relativamente ao qual, pelos motivos supra expostos, se abstém. -----

----- 1.4 — Proposta n.º 724/CM/2014 - Participação variável no IRS: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa propõe-se a prescindir de metade da sua participação variável no IRS, devolvendo-o aos Municípios. Uma medida sem dúvida simpática, mas que constitui uma distorção na progressividade do IRS, beneficiando mais os mais altos escalões de rendimento, visto que tal participação é estritamente calculada sobre a Coleta líquida de imposto. -----

----- É certo que este é o desenho legal da medida, mas sublinhe-se que o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República a alteração das regras de participação fixa dos municípios no IRS, introduzindo mecanismos de progressividade fiscal nesta medida, que na sua aplicação atual beneficia os titulares de maiores rendimentos, constituindo até um entorse ao princípio da capacidade contributiva e ao princípio da progressividade. Tal iniciativa, contida no Projeto de Lei n.º 351/XII, foi igualmente reprovada com os votos do PSD, CDS e PS. -----

----- O Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal de Lisboa reitera as suas reservas quanto a esta medida, que beneficiaria sobretudo as classes económicas com maiores rendimentos, e desviara do erário municipal indispensáveis recursos para fazer face a situação de emergência social que se vive na cidade. Ainda assim, votamos favoravelmente a proposta.-----

----- 1.5 — Proposta n.º 725/CM/2014 - Taxa Municipal De Direitos De Passagem: ----

----- A Câmara Municipal de Lisboa propõe-nos que nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 339 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar e submeter a Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 25 do mesmo Regime Jurídico, e na alínea m), do art.º 14 da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, aprove o percentual de 0,25% relativo a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2015, (a aplicar em cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município). -----

----- Com efeito, de acordo com a Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas - alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos-leis n.ºs 123/2009, de 21 de maio, e 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, e alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106; -----

----- O Regulamento n.º 38/2004, publicado na II Serie, DR n.º 230, de 29 de setembro de 2004, da responsabilidade do ICP-ANACOM, define os procedimentos a adotar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, da cobrança e entregas mensais, aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP. -----

----- O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado e republicado pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho, veio referir no n.º 1 do artigo 12, que “[p]ela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, e devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106, da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento”. -----

----- A tabela de taxas municipais, a qual constitui o Anexo I, do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, publicado no DR, 2ª Serie, n.º 84, de 30 de Abril de 2010, estabelece que o percentual e aplicado até ao final de Dezembro do ano a que diz respeito, e não poderá ultrapassar os 0,25%. -----

----- O Bloco de Esquerda sempre manifestou a sua oposição a que fosse o município a pagar «em cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município», pois consideramos que devem ser as empresas a pagar ao município essa taxa. Por isso, votamos contra a proposta.” -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA N.º 560/2014 – COMPLEMENTO FINANCEIRO À REFORMA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (1,5XGRELHA BASE-51M).** -----

----- (anexada à presente ata como anexo XXIX, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XXX** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **anexo XXXI** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas decidiram promover uma reavaliação das receitas e dos custos associados às competências entretanto transferidas para as Freguesias. Dessa reavaliação efetuada aos Autos de Transferência resultou a deteção de assimetrias na distribuição dos recursos, suscetíveis de pôr em causa o bom desempenho dos executivos das Juntas na prossecução das suas novas atribuições e competências. -----

----- É neste sentido que a Proposta nº 560/2014 pretende vir regularizar a atribuição de complementos financeiros a um conjunto de nove Juntas (Ajuda, Alcântara, Beato, Belém, Carnide, Lumiar, Parque das Nações, Penha de França e Santa Clara), no âmbito da Reforma Administrativa. Esses montantes financeiros adicionais estão identificados no "Anexo A" à Proposta, e deverão ser encaminhados até ao final do ano em curso, esperando-se que as transferências complementares agora propostas permitam a correção dos défices entretanto detetados.-----

----- Atente-se porém que, no Anexo, o quadro nº 851/A especifica que (citamos) o "compromisso orçamental deve ser efetuado pelo serviço promotor até à data de validade", e o prazo de validade da declaração de Fundos Disponíveis, emitido pelo Diretor do Departamento de Contabilidade do município, só é válido até 31/10/2014. Ora acontece que quando a Proposta nº 560/2014 foi aprovada na reunião de CML de 5 de Novembro, a declaração de validade já tinha expirado cinco dias antes.-----

----- Senhora Presidente e Senhor Presidente, esta divergência processual poderá também significar que, enquanto aquele prazo de validade não for devidamente corrigido e distendido no tempo, os documentos financeiros aprovados na CML poderão não estar legalmente conformes para virem a ser aprovados nesta AML, temendo-se que a deliberação a assumir por este plenário possa também, posteriormente, vir a ser considerada como não válida.-----

----- Solicitamos, por isso, os devidos esclarecimentos, visto estes montantes financeiros parecerem ser indispensáveis para algumas Juntas poderem cumprir os seus compromissos de pagamentos salariais já no próximo mês de Dezembro."-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- "Trata-se da declaração de fundos disponível que consta do processo e que tem validade até trinta e um de outubro. Naturalmente, o Senhor Presidente irá esclarecer o que é que acontece, estamos em novembro, provavelmente terá de ser renovada, a DFD, é uma coisa relativamente simples, mas certamente o Senhor Presidente poderá esclarecer e agradeço a vigilância dos Senhores Deputados o que só prova que vêm as matérias com atenção, para não deixar de verificar tudo."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- "Vimos aqui, uma vez mais, chamar a atenção, aliás como já o fizemos em sede da 5ª Comissão, que esta proposta é outra que se refere relativamente a dados que estão nos autos de transferências. Sabemos e muito bem, desde o início, que a Câmara Municipal previu esta reavaliação e promoveu, de facto, com as Juntas de Freguesia, e continuamos a achar que esta informação não deveria de vir para esta Assembleia aos poucos, nós vamos tendo esta informação e tivemos uma série de superávits que vieram aqui e que aprovamos, na altura o Grupo de Deputados Independentes votaram a favor desses superávits mas fizeram o aviso de que havia dados que nos faltaram para poder avaliar. Fazemos aqui, exatamente, um aviso da mesma questão mas ao contrário, estamos aqui a falar dos défices, é uma questão contrária, mas não deixa de ser um apontamento que gostaríamos de deixar, dado que obviamente concordamos com esta reavaliação que é para colmatar estas assimetrias, mas no entanto, este

quadro de défices que aqui está, e que iremos votar a favor, são uma realidade parcial, nós não sabemos se é total, nós vamos constituindo aos poucos esta informação que gostaríamos que a Câmara nos enviasse esta informação de uma forma estruturada, e que tivéssemos conhecimento de toda a informação para a podermos comparar, como é o papel desta Assembleia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que esta proposta é relativamente clara, mas também temos de ser claros quanto ao exato alcance do que está “em cima da mesa”. Há que clarificar que não se trata aqui de uma reavaliação do que consta dos autos de transferência, assinados em março. O que se trata aqui é de executar o que consta dos autos de transferência assinados em março. Autos, esses, que procederam a uma avaliação, se quisermos chamar-lhe de uma reavaliação, do que consta na lei 56/2012, e que determinou os valores das transferências para as freguesias. E é com base neste valor e com os dados que possuímos efetivamente quanto aos equipamentos transferidos, que foi possível apurar em que freguesias é que havia défice, e em que freguesias é que havia um superavit, e é apenas isso que se está aqui a operacionalizar, o que é algo distinto da tarefa que teremos, eventualmente, que realizar no final da avaliação deste primeiro ano de execução da reforma administrativa, e que é verificar se o montante que consta dos autos tem correspondido àquelas que são as necessidades das freguesias. Mas essa é uma fase diferente que não corresponde a esta fase que é apenas a de operacionalizar o que já está assinado em todos os autos de transferência de competências e do montante que corresponde à necessidade de compensação. -----

----- Portanto, e para que não fique em dúvidas, não se está aqui a abrir um capítulo novo de reavaliação, esse está a decorrer, as freguesias estão a fazer o seu trabalho de verificação para ver se as contas batem certo com os serviços que receberam, com os funcionários que receberam, efetivamente, esse trabalho terá lugar posteriormente. Aqui apenas se trata de concretizar, única e exclusivamente, o aspeto que respeita aos valores apurados em março, quando os autos foram assinados. -----

----- A questão dos défices, o Senhor Presidente terá certamente, oportunidade também de o referir, mas isso trata-se de uma questão que não afeta sequer, a contabilidade municipal uma vez que o valor em causa não foi ativado, e o facto da data que consta daquilo que é apresentado a esta proposta não é invalidante que a Assembleia Municipal possa autorizar que ela tenha lugar. Obviamente, que para efeitos de contabilidade ele depois terá de fazer essa verificação, terá de ser emitido um DFD com a validade posterior, ou correspondente ao momento certo, mas neste momento, não há nenhum problema que impeça minimamente a Assembleia Municipal de tomar posição quanto a esta matéria, a Assembleia Municipal é soberana. As questões de contabilidade interna da Câmara não são minimamente problemáticas neste aspeto, e apenas o que está em causa é a substância que é tão e só dar cumprimento ao que consta dos autos de transferência, conforme a Câmara e as juntas de Freguesia acordaram, em março.” -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “A prática que a Câmara segue é quando são emitidas as “DFD’s”, e para evitar estas situações, regista-as em compromisso. Portanto, esta é uma despesa já compromissada, pelo está totalmente válida a deliberação, quer da Câmara, quer da Assembleia que possa tomar agora.”-----
 ----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----
 ----- “Vamos então agora votar a **Proposta 560/2014**. Não há votos contra, votos de abstenção do CDS-PP e do MPT, votos a favor PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6 IND. A **Proposta 560/2014** está **aprovada por maioria**. -----
 ----- O CDS-PP diz que irá apresentar uma Declaração de Voto.” -----
 ----- A **Declaração de Voto** apresentada pelo **CDS-PP** é a seguinte: -----
 ----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na proposta acima referenciada, que teve por objeto submeter à AML a atribuição de recursos financeiros complementares às Juntas de Freguesia de Lisboa, para a prossecução das competências que lhes foram atribuídas em sede da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, prevista na Lei nº56/2012, de 8 de Novembro, por considerar que:*-----
 ----- 1. *O CDS-PP defendeu, desde a primeira hora, uma Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa com o intuito de aproximar as instituições dos cidadãos e de conferir ao procedimento administrativo de decisão uma maior transparência;*-----
 ----- 2. *A reorganização administrativa de Lisboa obedeceu a uma estratégia de modernização e de adaptação do modelo de governo da Cidade e representa uma concretização dos princípios da descentralização administrativa e da subsidiariedade, através de um modelo específico de distribuição de tarefas e responsabilidades entre os órgãos municipais e os órgãos das Freguesias, que visa confiar as competências autárquicas ao nível da administração mais bem colocada para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos, sempre com respeito pelo princípios da universalidade e da equidade no quadro do relacionamento entre o Município e as Freguesias;*-----
 ----- 3. *A transferência de meios financeiros é efetuada pelo Estado, nos termos previstos no artigo 17º da Lei nº 56/2012, sendo certo que a lei não prevê “complementos financeiros” por parte da Câmara Municipal de Lisboa;*-----
 ----- 4. *A proposta apresenta-se sem justificação legal e técnica, pois que a mesma invoca apenas e tão somente a alínea j) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada das interesses próprios das populações”;*-----
 ----- 5. *Segundo explicação do Senhor Vereador das Finanças, autor da proposta, os montantes parciais da proposta (constantes no Anexo A) correspondem à diferença entre os valores das várias alíneas do artigo 17º da Lei da reforma de Lisboa e os valores totais de cada Auto de Transferência;*-----
 ----- 6. *O CDS-PP, à semelhança da Mesa da Assembleia Municipal, tem vindo a alertar para a necessidade do executivo camarário disponibilizar os Autos de Transferência para as Juntas de Freguesia bem como dos anexos descritos na*

proposta, sendo que a mesma nunca procedeu à disponibilização desses elementos imprescindíveis para a compreensão da componente financeira da proposta, o que é merecedor de censura.” -----

----- PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º.2, DO ARTIGO 25.º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; Grelha H – máximo 3h 20m; -----

-----Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção no âmbito da apresentação da informação escrita: -----

----- “Gostaria de sublinhar seis pontos, cinco deles aliás expressamente referidos na informação escrita e um entretanto, que julgo que entretanto vale a pena ser atualizado.-----

----- Em primeiro lugar gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de este novo ano letivo que marcou o período desta informação escrita ter sido marcado pela prossecução dos programas que a Câmara tinha lançado no âmbito do Passaporte Escolar e da Natação Curricular, que no que diz respeito à natação mobiliza anualmente mais de 11 mil crianças e o Passaporte Escolar que ao longo do seu período de vigência já permitiu a realização de mais de 35 mil visitas e que este ano é aliás alargado este seu âmbito graças a novas parcerias que entretanto foram estabelecidas e que são dois contributos muito importantes para que a educação seja efetivamente desenvolvida, não exclusivamente dentro da escola, mas que seja mobilizada no conjunto da cidade para o apoio à atividade letiva das crianças da cidade de Lisboa.-----

----- Contudo há duas inovações importantes a título experimental neste ano letivo, em primeiro lugar e no que diz respeito à alimentação, dando continuidade à linha de investimento, que passou primeiro pela construção de condições de confeção local, vai-se agora avançar para um programa que visa melhorar a qualidade da alimentação através de receitas saudáveis e a contratação e aquisição de pressão local de forma a enraizar também do ponto de vista alimentar a escola na comunidade. -----

----- Segundo a experiência da maior importância estratégica para o futuro tem a ver com o lançamento da Academia do Código Júnior, hoje a necessidade de formação de programadores é uma necessidade crescente em todas as economias mais desenvolvidas e é um bom exemplo de um profundo desajustamento entre a procura de quadros qualificados e a oferta existente no mercado de trabalho. Nesse sentido em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional a Câmara vai aliás lançar no próximo mês de janeiro um programa dirigido a licenciados desempregados, para a sua requalificação através da Academia do Código de forma a habilitar e a criar novos programadores que possam corresponder a um procura crescente existente no

mercado de trabalho de quadros inexistentes atualmente, mas é necessário preparar o futuro, por isso é absolutamente fundamental começar a introduzir desde o primeiro ciclo do ensino básico a aprendizagem do Código. Essa experiência iniciar-se-á no próximo período em três escolas, na Escola Aida Vieira, na Escola do Bairro do Armador e no Jardim-escola São João de Deus, tendo por objetivo que a partir do próximo ano letivo se vá generalizando às restantes escolas do primeiro ciclo da cidade de Lisboa e que, portanto, daqui a 20 anos não seja necessário dar nova formação a adultos já formados, mas que possam ingressar no mercado de trabalho crianças que desde o 1º. Ciclo que aprenderam as técnicas fundamentais do Código e da Programação. -----

----- Segundo lugar, gostaria de também sublinhar que concluímos a 7ª. Edição do Orçamento Participativo da cidade de Lisboa e que o Orçamento Participativo da cidade de Lisboa continua a distinguir-se, quer pelo montante envolvido, quer pela natureza deliberativa da participação, ao contrário de outros exercícios que existem em outras autarquias do país. No total este ano voltámos a bater o recorde de participação por mais de 36 mil participantes na votação que permitiram escolher 12 novos projetos a realizar no ano de 2015. No total desde 2010 já foram investidos 26 milhões de euros através do Orçamento Participativo e a totalidade dos 73 projetos já aprovados, 41 estão concluídos e 32 estão em execução, 12 dos quais correspondendo a projetos aprovados o ano passado. Julgamos por isso que é uma prática que se tem vindo a continuar a enraizar na vida democrática da nossa cidade e que tem contribuído de um modo muito positivo para a afirmação do Poder Local Democrático, como instância cívica na cidade de Lisboa. -----

----- Em terceiro lugar gostaria também de chamar a vossa atenção para a importância que continua a ter a estratégia que o município adotou de valorização do seu património, por via da sua disponibilização de espaços devolutos para poderem ser reabilitados e encontrar novas utilizações, é o caso por um lado da Carpintaria São Lázaro que depois de várias tentativas encontrou agora um destino futuro através da Associação Cultural São Lázaro que assumiu a posse destas instalações e aí vai desenvolver um projeto cultural que vai reanimar um novo espaço na cidade de Lisboa, mas refiro-me em particular ao Programa “Reabilite Primeiro, Pague Depois” apresentaram-se 229 concorrentes, tendo sido um conjunto de hastas particularmente disputadas com cerca de mil e quinhentos lances de licitação, o que permitiu aliás uma valorização do preço base de colocação no mercado de 2,9 milhões para um total de 6 milhões de euros arrecadados pelo Município, mas insisto que relativamente a este Programa mais importante, agora que o Sr. Vereador das Finanças não me está a ouvir, mais importante que o montante arrecadado é podermos dar a satisfação, em particular ao Sr. Vereador do Urbanismo de ver um conjunto de imóveis que estavam abandonados e devolutos reencontrarem vida e voltarem a contribuir para a revivificação da cidade de Lisboa. -----

----- Em quarto e quinto lugar gostaria de chamar a atenção para a importância de um conjunto de ações que visam reforçar quer a dinâmica quer os equipamentos culturais na cidade de Lisboa, é a esse título que importa sublinhar a importância da

inauguração de todo o percurso da Cerca Velha que permite organizar um percurso entre o Campo das Cebolas e atravessando o Bairro de Alfama, tendo em vista sinalizar todo o percurso da antiga Cerca Velha, e as atividades que mais uma vez tiveram lugar para assinalar o Dia internacional da Música com o Programa Música nas Praças e mis uma edição do Festival Todos- Encontro de Culturas, que pelo segundo ano já não se realizou na Mouraria mas se realizou mais uma vez na zona do Poço dos Negros e de São Bento. -----

----- Por fim, não queria deixar de chamar a vossa atenção para a importância de terem regressado os Jogos da Cidade de Lisboa, a apresentação das Olissipiadas em parceria com as Juntas de Freguesia e um conjunto diversificado de Federações Desportivas vão permitir recuperar os Jogos da Cidade de Lisboa, que é um fator importante quer de formação desportiva, quer sobretudo de formação cívica para os jovens da cidade de Lisboa. -----

----- Para além destes pontos que tinham aliás tradução na informação escrita não gostaria de deixar de me dirigir a esta Assembleia Municipal chamando a atenção da Assembleia para uma deliberação aprovada na última Sessão de Câmara relativamente á municipalização dos transportes públicos na cidade de Lisboa, que é uma matéria que justamente esta Assembleia Municipal tem dedicado particular atenção e nos termos desta deliberação o Município reafirmou tudo aquilo que já tinha anteriormente deliberado, designadamente a necessidade de se ver ressarcido nos seus direitos patrimoniais e também a sua firme vontade de impedir a privatização da gestão da CARRIS e do Metro mediante a assunção pelo Município da gestão da CARRIS e do Metro, e tendo em vista este objetivo e o decurso das negociações com o Estado pareceu-nos importante neste momento poder afirmar publicamente ao Governo e validar pelo conjunto da Assembleia Municipal aquilo que na mesa das negociações o próprio Presidente da Câmara já tinha tido oportunidade de transmitir ao Governo. -----

----- Em primeiro lugar e para que fique claro, o Município aceita assumir a gestão da CARRIS e do Metro nas mesmas condições em que o Estado se predispunha a ceder a gestão da CARRIS e do Metro aos privados, ou seja, assumindo o Município a gestão destas empresas tal não constituirá nem implicará qualquer encargo suplementar para o Estado que aquele que assumiria se a gestão fosse assumida por privados. Deste modo importa tranquilizar todos que os contribuintes que não terão de suportar mais com os transportes da cidade de Lisboa se ela for gerida pelo Município de Lisboa do que as condições que o próprio Estado está disponível para oferecer a qualquer privado, deste modo o Município pode oferecer à gestão dos transportes públicos condições únicas que só o Município o pode fazer e que nenhum privado o pode fazer.

----- Em primeiro lugar o facto da sinergia única que se pode estabelecer entre a gestão do transporte e a gestão da via pública, competência do Município; a sinergia que pode resultar da gestão simultânea do transporte público e do espaço público, designadamente em matéria de publicidade exterior: e em terceiro lugar a articulação única que o Município pode oferecer entre a gestão do transporte público e a gestão

do estacionamento, ferramenta fundamental para a gestão da mobilidade no conjunto da cidade.-----

----- Julgamos assim que a proposta do Município tem um valor acrescentado relativamente a qualquer proposta que um privado possa oferecer do ponto de vista quer do interesse público quer da satisfação dos interesses imediatos do Estado. -----

----- Em segundo lugar compreendendo que o Estado tenha a preocupação que da gestão municipal não possa resultar quer uma delapidação dos seus ativos enquanto acionista, quer a oneração de ativos das empresas de que é acionista, o município aceita um modelo de governo societário em que o Estado acionista possa exercer na administração da empresa, designadamente ao nível do Conselho Geral poderes fundamentais de veto relativamente a decisões que pudessem ter esse efeito de diminuir o valor ou onerar o valor do património da empresa, como seja decisões relativas a empréstimos, relativas a onerações do património ou a rácios de equilíbrio financeiro da empresa. -----

----- Em terceiro lugar e ainda no âmbito desta preocupação, compreendendo também que o Estado tenha receio de que uma eventual e futura, naturalmente, imprudente gestão municipal destas empresas pudesse pôr em causa o seu equilíbrio financeiro, aceitamos que o Estado proceda por retenção na fonte das receitas que cobra do IMI destinado ao Município de Lisboa uma percentagem anual até ao montante necessário á constituição do fundo de garantia para qualquer eventualidade que se possa verificar nestas empresas para que uma eventual má gestão municipal não venha a onerar o Estado também por via da consolidação de défices no âmbito do setor público administrativo.-----

----- Por fim e de forma a prevenir a politização de potenciais conflitos entre o Estado acionista e o Município gestor, acordar com o Estado na designação de um árbitro único que permita arbitrar eventuais situações de conflito, que naturalmente podem existir, como podem sempre existir no exercício de qualquer contrato, de forma a evitar que o conflito entre gestor e acionista que converta num caso político de todo em todo indesejável certamente para o Estado, mas também indesejável por parte do Município. -----

----- Julgamos por isso que agora também pública a claramente o Município ofereceu ao Estado todas as garantias razoáveis para as preocupações que o Estado até agora manifestou de que a gestão Municipal acrescenta valor e não ameaça nem a solidez financeira das empresas, nem o património do Estado, nem o futuro equilíbrio das finanças municipais, nem sobretudo possa contribuir para que o Estado tenha mais encargos do que aqueles que teria se oferecesse a gestão a privados.-----

----- Julgamos que dando estas garantias públicas o Município contribui para que o Estado possa decidir com maior conforto a única decisão razoável que neste contexto pode oferecer que é não privatizar a gestão da CARRIS e do Metro mas acordar com o Município uma parceria pública/pública para a assunção municipal da gestão destas duas empresas para bem da qualidade do serviço de transportes públicos da cidade de Lisboa e dos municípios. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trazemos a esta Assembleia uma síntese de problemas e questões que se arrastam na vida e na atividade do Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa. -

----- O Senhor Presidente refere, na sua informação à Assembleia Municipal, que o RSB de Lisboa está no top dos melhores, que a equipa de desencarceramento participou no campeonato do mundo que decorreu no Reino Unido, de nove a doze de outubro, deste ano, que foi mais uma demonstração do prestígio da instituição a nível mundial que culminou com a conquista de diversos prémios. Tudo isto é inteiramente, verdade, e com isso todos nos devemos congratular. -----

----- Só que como a informação é escrita para propaganda sua e do PS, esqueceu-se de dizer que, apesar de tudo, que desde há anos acontece na política da Câmara Municipal para com os Sapadores de Bombeiros de Lisboa, eles ainda conseguem erguer-se na vida real da cidade, cumprir com imensas dificuldades os seus objetivos e responsabilidades, ganhando entre nós no estrangeiro, o respeito e a admiração que esta Câmara de maioria PS, não tem por eles. -----

----- Fazemos aqui o enunciado sumário dos problemas que afligem e complicam a atividade do Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa. Promessas feitas, desde 2009, não cumpridas que em princípio estariam cabimentadas, plano de construção de novos quarteis, plano de aquisição de novas viaturas, agora lá vem a proposta de aquisição de cinco, aprovada por unanimidade na Câmara, mas que é uma parte no deserto de ausência de meios, plano de aquisição de novos fardamentos e equipamentos de proteção individual, não existe fundo de maneio para pequenas reparações nas viaturas, estando diversas delas paradas. Atualmente, o RSBL não dispõe de viaturas de reserva, e a idade do seu parque remonta ao ano do incêndio no Chiado, e ainda antes. Das seis autoescadas existentes, só três estão a funcionar e uma delas, sem cesto, gerando situações graves de falta de segurança. Os equipamentos de proteção individual em utilização estão todos fora dos prazos certificados, a desfazerem-se, foram prometidos novos EPI's, que continuam algures à espera de serem adquiridos. -----

----- O mapa de pessoal do RSBL prevê um total de mil cento e doze sapadores de bombeiros, estando apenas preenchidos oitocentos lugares, verificando-se uma redução de pessoal de 28% desde 2009 até 2014. -----

----- As promoções não se têm verificado e a estrutura de comando está posta em causa uma vez que em breve não existirão chefias no topo de carreira. -----

----- Em situações de combate em incêndios não se conseguem fazer as rendições no teatro de operações e já nem se fornecem reforços alimentares para os sapadores em serviço há mais tempo, nestas situações tão difíceis. -----

----- Quanto a instalações, atualmente há onze quarteis. Mas foi dada a informação de que existem processos em curso, como sabemos, para a venda do quartel e do museu do RSBL no Colombo, no quartel no Largo do Regedor e no quartel na Avenida Defensores de Chaves. Não concordamos com o seu encerramento antes de serem

construídos novos quartéis nas zonas em que os atuais se situam, em defesa da correta cobertura da cidade. -----

----- Em suma, não existe planeamento estratégico da Câmara Municipal ao nível das instalações, do recrutamento de Sapadores de Bombeiros, da renovação da frota de viaturas de combate a sinistros e dos equipamentos de proteção individual e dos restantes fardamentos.-----

----- Regulamento interno, existe informação de que foi elaborada uma proposta de regulamento interno, em 2013, consensualizada entre a Associação Nacional de Bombeiros Portugueses, a SNBP, o STML e a Comissão de Trabalhadores, que visa definir as funções concretas de cada posto, mas que o Vereador Carlos castro não despacha, sobre o assunto.-----

----- Gratificados. Este serviço passou a ser pago em horas extraordinárias situação que agrava a carga fiscal dos Sapadores de Bombeiros. Pretende-se uma forma mais clara do pagamento dos gratificados, serviço pelo qual a CML recebe o pagamento por parte das entidades a quem se prestam estes serviços, como por exemplo, as casas de espetáculos. -----

----- Numa moção que o PCP apresentou nesta Assembleia, em dezoito de fevereiro deste ano, aprovada por maioria, propusemos que a Assembleia Municipal manifestasse a sua preocupação à Câmara pelas condições de trabalho dos Sapadores de Bombeiros, no caso da 2ª Companhia do Regimento, e requeresse à Câmara Municipal informação detalhada sobre o parque de viaturas ao serviço do regimento, no seu conjunto, o estado dos diversos equipamentos de proteção individual distribuídos. Foi, ainda, aprovado que se encarregava a 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, desta Assembleia, de acompanhar as condições de trabalho de higiene e segurança dos Sapadores de Bombeiros de Lisboa, de modo a verificar se estes têm as melhores condições para cumprirem as missões essenciais que prestam ao serviço das vidas e bens dos lisboetas. Gostaríamos de tomar conhecimento deste trabalho da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, desta Assembleia. ---

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia dezassete de novembro, chefias e elementos do regimento protestaram em frente à Câmara Municipal por melhores condições laborais, exigindo a hierarquização do dispositivo, mais informações sobre a reorganização dos quartéis, e que a Câmara faça pressão sobre o Governo quanto às regras para as promoções da carreira dos bombeiros sapadores. Os bombeiros também reivindicaram a sua presença no Aeroporto de Lisboa fator de segurança que dura à cinquenta anos, e que agora acaba sem justificação, a não ser a de dar mais negócio aos negociantes nets área decisiva em momentos que podem ser trágicos, e convém prever e resolver através de profissionais competentes.-----

----- A ação junto da Câmara Municipal tinha em vista uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, ou com o Senhor Vice-Presidente. Mas não se realizou.-----

----- O STML tem levantado questões e problemas junto da Câmara Municipal quanto a novos ingressos no Regimento, pagamento e desempenho nos postos superiores através da aplicação da mobilidade intercarreiras, abertura de concurso para os custos de promoção, regulamento interno e entrada em vigor do acordo coletivo de

empregador público, cumprimento das regras referentes às guarnições das viaturas, bem como alteração do dispositivo de comando. Estas matérias têm sido objeto de criação de grupos de trabalho que tardam em produzir propostas de solução efetiva, tal como os novos fardamentos têm atrasos, e vice-versa, de planeamento adequado na sua aquisição.-----

----- Deixemos estas questões face ao sucesso internacional do regimento que merece os parabéns desta Assembleia Municipal, e merece o acompanhamento e eficácia necessária da Câmara Municipal, e deste órgão municipal, na resolução destes problemas com os quais se debatem.-----

----- Quanto ao Museu dos Bombeiros, na destruição do quartel mais moderno de Lisboa para atender a interesses privados de negócio da saúde, pedimos informação sobre se vai ser desintegrado, o museu, e fragmentado por diversos núcleos do Museu da Cidade.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, e Senhor Vereador Carlos Castro, que está ausente, gostaríamos ainda de deixar uma nota de preocupação acerca do problema do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique. Os tempos são fáceis para preparar negócios, mas não são fáceis para serem respeitados aqueles que asseguram os serviços necessários e decisivos às populações da zona ocidental da cidade.-----

----- O Senhor Vereador Carlos Castro esteve nas comemorações do nonagésimo oitavo aniversário da associação, e ouviu notícias de um responsável a nível nacional, o Representante da Liga dos Bombeiros Portugueses, vice-presidente executivo, quanto a Lisboa ser considerada como uma cidade onde menos se apoia, ou não apoia, as Associações de Bombeiros Voluntários a nível do município, trazendo uma afirmação produzida em recente congresso que nada abona quanto às humanidades em que este executivo da Câmara, labora. O Senhor Vereador tem falas doces e fez um discurso que em nada sossegou os bombeiros e a população presente. Trata-se uma situação criada com a suspensão da unidade de execução um, do Plano de Pormenor das Amoreiras e o acordo com a EPAL. Será muito negativo que a Câmara Municipal não enfrente esta situação de forma séria e ponderada. Esta Assembleia mandou a 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, para acompanhar o problema e, amanhã, realizará uma audição com o Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique. Trata-se de uma situação muito especial e complexa que urge clarificar e, sobretudo, resolver a tempo antes que o quartel seja partido ao meio, e parte importante destruída, para a construção de um prédio enorme e concentrado da EPAL.-----

----- Lisboa não é só negócio, especulação imobiliária e afins.-----

----- Há muita humanidade nos bombeiros voluntários e há muita força popular nos bairros e freguesias que eles servem. Por isso, aqui estaremos a lutar por uma solução justa ao lado dos que têm boa-fé e querem que os bombeiros voluntários e as suas associações existam e façam o seu trabalho admirável e dedicado, em Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Reunimos hoje nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, para debater a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, durante o período de 1 de Setembro a 31 de Outubro de 2014, que embora seja parca de conteúdo, merece na mesma que o Partido da Terra faça algumas considerações acerca dos aspetos positivos e negativos. -----

----- Iniciaremos agora a nossa análise à informação escrita, começando por saudar o Município pelo galardão do “*Melhor Município Digital*” no âmbito do Projeto “*Na minha Rua –GOPP*”. Numa era em que a *informação* é mais do que uma mudança social, tornando-se mesmo uma mudança na condição humana, este prémio é fruto do reconhecimento do trabalho desenvolvido, e por isso não poderia deixar de reconhecer o empenho de todos aqueles que tem vindo a contribuir para que a Cidade esteja cada vez mais próxima dos seus Municípios e conseqüentemente das suas necessidades.-----

----- Analogamente, também o Orçamento Participativo se tornou num forte instrumento de trabalho de aproximação, tendo obtido na sua 7ª Edição a participação de 36.032 pessoas, um valor record, que consagraram 13 projetos vencedores no num investimento total aproximado de 2,5 milhões de euros.-----

----- Apesar do sucesso da iniciativa e da tendência de crescimento da participação, não podemos deixar de referir que estes investimentos têm sido decididos por um grupo reduzido de pessoas, mesmo dentro do universo de pessoas inscritas no site. É fundamental continuar a apostar na campanha de incentivo à participação, tornando o processo de decisão mais democrático. -----

----- Por outro lado, é essencial uma maior avaliação da execução dos projetos aprovados por parte da Câmara Municipal. Seria um excelente incentivo à participação que a prestação e contas, não ficasse apenas pelo processo de votação. Seria igualmente relevante, face ao aparecimento de projetos muito semelhantes, que fosse equacionado a introdução de linhas estratégicas que se encaixassem na política de desenvolvimento da cidade. -----

----- No sector da Educação, dos novos projetos a implementar, destacamos a “Academia de Código Júnior” que consiste em dotar alunos do 3.º e 4.º ano do Ensino Básico de competências básicas de programação. Senhor Presidente é público o uso de novas tecnologias, a fim de obter conhecimento e sabedoria para uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas quando deve acontecer? Programação no Ensino Básico? O que pretende com este projeto? -----

----- Segundo os princípios de Piaget (1975), “*as crianças devem ter um determinado tempo adequado para gozar a sua infância, ter um período ideal para entrada na escola e começar a partir daí a ser alfabetizada, ou seja, a criança deve alcançar e obter um certo grau mínimo de maturidade para aí sim se envolver com atribuições de maior responsabilidade.*” -----

----- O simples facto de uma criança olhar e manusear um computador, pode conduzi-la a ter uma determinada ação num primeiro contacto, conduzindo-a por vezes em alguns momentos a alterações no seu quadro psicológico. Não nos esqueçamos que o

contacto é feito com a máquina através de um processo mecanicista e artificial e não através do relacionamento com outros seres humanos. -----

----- As inundações ocorridas neste início de Outono causaram enormes prejuízos e transtornos no comércio e na vida de centenas de pessoas. Embora este problema já advenha de trás, até à presente data pouco ou nada foi feito. O senhor Presidente da Câmara anunciou a constituição de um grupo de trabalho para finalmente ser preparada uma candidatura a fundos comunitários de forma a viabilizar finalmente do Plano de drenagem. -----

----- Na sessão de perguntas à Câmara Municipal, de 11 de Novembro, perguntamos como está o processo de constituição e se o grupo já reuniu alguma vez. Porém, o Senhor Presidente cortou a palavra aos Senhores Vereadores e acabamos sem resposta. Aferindo ao conteúdo da informação escrita, pelo menos durante este período de análise, podemos concluir que o grupo ainda não passa de uma intenção. --

----- Quando há referência aos riscos naturais, há uma predisposição quase imediata para se falar nos agentes da proteção civil, mais especificamente nos Bombeiros, quer sejam de cariz profissional ou voluntário. A cidade de Lisboa é servida por Corporações de Bombeiros Voluntários e pelo Regimento de Sapadores de Bombeiros, tendo a equipa de desencarceramento destes últimos, conquistado diversos prémios no Campeonato do Mundo de Desencarceramento de 2014, que se realizou no Reino Unido entre os dias 9 e 12 de Outubro e que aproveitamos por felicitar por tal feito. -----

----- Como moeda de troca a estes Homens, que levam além-fronteiras o nome desta autarquia, o executivo mantém-lhes o seu futuro incerto. Desde a venda em hasta Pública de um terreno em Benfica, onde se localiza a SALOC (*Sala de Operações Conjuntas*) e um quartel com pouco mais de 10 anos, à passividade da implementação do reorganização do dispositivo, à não promoção das chefias, e o “tardamento” da entrada de efetivos, mesmo tendo sido aprovada por unanimidade a abertura de concurso público para contratação de 50 postos de trabalho. -----

----- Não obstante ter sido garantido por parte do executivo que o mercado imobiliário estaria em condições de absorver a oferta, esta hasta pública realizada em 2 de Outubro ficou vazia. Contrariamente ao afirmado, pelo vereador da proteção civil na última reunião de perguntas à Câmara, segundo o que podemos apurar, ainda não arrancaram quaisquer obras nos quartéis do dispositivo. Continuam a faltar respostas, como o local onde será colocado o museu do dispositivo e poucas certezas, dado assim plena razão ao descontentamento e protestos destes profissionais. -----

----- Gostaríamos também de destacar o desempenho do “*Programa Reabilita Primeiro Paga Depois*”, que permitiu um encaixe de 6 milhões de euros provenientes da alienação de 24 imóveis em hasta pública, superando os 2,9 milhões previstos. Trata-se de um programa importante para a revitalização da cidade, não só porque permite a recuperação de edifícios municipais devolutos, estimula a atividade económica e conseqüentemente a criação de novos postos de trabalho, mas também porque geram investimento diversificado no mercado da reabilitação urbana. -----

----- Porém, não podemos deixar de censurar alguns projetos de reabilitação urbana aprovados pelo município e que tem vindo progressivamente a descaracterizar o património arquitetónico da cidade de Lisboa. Entre vários exemplos, optamos por destacar o projeto de ampliação, sem qualquer sentido, de um chalé com aplicações de azulejos excecionais. -----

----- Ainda sobre a alienação de património municipal, está previsto a venda em hasta pública do terreno onde se situa o refeitório Municipal de Alcântara, que por sinal, é o refeitório que mais refeições confeccionam (total de 5891). Trata-se de um negócio, que apesar de ir a hasta pública, já parece ter dono encomendado, pois já é público que será instalado no local uma Clínica Hospitalar da CUF. Senhor Presidente, qual a alternativa que têm pensada para colmatar o fecho deste refeitório. Em caso de transição, será para que local? -----

----- Com o gradual crescimento do uso da tecnologia na vida quotidiana, o estilo de vida tornou-se cada vez mais sedentário, causando níveis elevados de inatividade nas várias faixas etárias, em todo o mundo. -----

----- No intuito de proporcionar um estilo de vida saudável, através da prática de desporto e atividade física, a Câmara Municipal de Lisboa, apresentou no passado dia 28 as Olissipiadas - Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, que se realizarão de Janeiro a Abril e cuja 1.ª edição ocorreu em 1987. -----

----- O Partido da Terra aclama esta iniciativa, bem como o facto de Lisboa estar na corrida ao 1.º lugar do pódio de organizadora do Congresso Velo-City 2017. Apesar do reconhecimento pela promoção da bicicleta em meio urbano, que visa garantir a mobilidade da população, a defesa do meio ambiente, da qualidade de vida, e o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa, continuamos a aguardar pelo sistema de bicicletas partilhadas, prometidas pela Câmara municipal, e anunciadas na Primavera passada. -----

----- Para quando a conclusão deste projeto?! Tivemos também conhecimento que o Porto de Lisboa estaria em fase de adjudicação de um projeto semelhante. Esperamos que as iniciativas estejam a ser articuladas, porque geralmente não há sede que não dê em fartura. -----

----- Para terminar a análise, de uma informação onde abundam um conjunto de documentos que já passaram por este fórum, destaco a recuperação da Carpintaria de S. Lázaro que pretende ser um projeto estruturante do desenvolvimento sociocultural da zona do Martim Moniz. Porém, a Praça do Martim Moniz parece não ter a mesma sorte, onde assistimos a caldeiras sem árvores ou com árvores mortas, canteiros despídos de qualquer coberto vegetal, podas drásticas de arbustos, grafitis, lagos e fontes degradadas e sem funcionar, e acumulação de lixo. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Após a análise da Informação Escrita do Sr. Presidente da CML referente aos meses de Setembro e Outubro, «Os Verdes» têm as seguintes observações a fazer: -----

----- 1. O Sr. Presidente refere o Orçamento Participativo de 2014, a 7ª edição portanto, no entanto, importa saber o ponto de situação das seis edições anteriores. O que está feito e o que falta fazer? Qual a taxa de execução destas edições? -----

----- 2. Ainda na parte introdutória deste relatório, o Sr. Presidente refere o novo projeto de alimentação escolar em Lisboa, com o qual concordamos, lembrando que em 2010 apresentámos uma recomendação propondo que a autarquia promovesse o consumo de produtos nacionais nas cantinas municipais, através da sua utilização na confeção das refeições.-----

----- Os esclarecimentos que gostaríamos de obter relativamente a esta matéria é que medidas efetivas de apoio à produção nacional tem a Câmara implementado e se, além das escolas, prevê alargar a utilização de produtos nacionais às cantinas municipais, como «Os Verdes» propuseram.-----

----- Gostaríamos ainda de saber quantas escolas atualmente se encontram sem possibilidade de proceder à confeção no local das refeições e quando se prevê que essa situação seja resolvida. -----

----- 3. É-nos possível ter conhecimento de algumas intervenções e iniciativas em estabelecimentos de ensino mas nada encontramos sobre a Escola Básica 2º e 3º Ciclos - D. José I, situada no Bairro da Cruz Vermelha, na freguesia do Lumiar. -----

----- Esta escola precisa de um conjunto de obras de beneficiação ao nível dos quadros de eletricidade e sistema elétrico, bem como necessita que seja realizada uma vistoria pelo Corpo do Regimento de Sapadores de Bombeiros ao sistema de emergência e combate a incêndios, uma vez que não possui extintores, detentores de incêndio ou de fugas de gás na cozinha nem sinalética referente à evacuação dos edifícios escolares em caso de emergência.-----

----- Há ainda outro aspeto que se prende com a inexistência de caixas de esgoto devidamente seladas junto à entrada da cozinha e a ausência de uma dezena de vidros em janelas e portas nos vários blocos de salas de aula, situações que importa corrigir por uma questão de saúde e higiene públicas e de segurança nas próprias salas de aula e recinto escolar. -----

----- Perante estes problemas, gostaríamos de saber o que se prevê fazer e quando, visto que a situação é urgente, e a informação escrita é omissa em relação a isto.-----

----- 4. O executivo tinha uma proposta de reorganização do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros que previa o encerramento de alguns quartéis na cidade. Aliás, cada vez que o executivo fala em reorganizações e reconfigurações já sabemos o que quer dizer. -----

----- Essa proposta incluía também uma lista de construções de novos equipamentos e requalificações e remodelações. -----

----- O que queríamos perguntar ao executivo é se apenas importa cumprir a parte da desativação de quartéis, apesar de o Sr. Vereador dizer que “não há qualquer encerramento de quartéis”, mas sim “uma readaptação do dispositivo [...] com melhores condições para os bombeiros”?

----- Em que ponto de situação estão os novos quartéis e as requalificações nos existentes? Por exemplo, como está o processo do tão reivindicado quartel no Alto do

Lumiar? Prestes a sair do papel ou vai continuar a ser uma promessa durante mais alguns anos? -----

----- Curiosamente, esta proposta previa também a manutenção do destacamento no aeroporto. Algo igualmente reivindicado pelos bombeiros, que ao fim de cinquenta anos no Aeroporto terão de sair sem uma justificação, porque a Câmara entendeu não concorrer ao concurso público aberto pela ANA. -----

----- Ainda sobre os bombeiros e como este relatório nada diz sobre o regulamento interno do Regimento, e como acabámos de assistir no PAOD ao PS a votar contra a aprovação deste instrumento estratégico, previamente concertado com o Regimento, gostaríamos de perceber afinal qual é o problema do Partido Socialista com este regulamento interno? -----

----- 5. Em todas as Informações Escritas, à semelhança desta que agora discutimos, temos tido oportunidade de encontrar referências à qualificação do Rio Seco. Gostaríamos que o executivo nos pudesse dar mais alguma informação pormenorizada sobre estes trabalhos. -----

----- 6. Na página 96, na Direção Municipal de Cultura, mais concretamente na parte do serviço de azulejaria encontramos a seguinte informação: “Vistorias/acompanhamento de intervenções: Pavilhão Carlos Lopes”. -----

----- Pretendíamos saber, em que sentido está a ser feita esta intervenção. -----

----- 7. No relatório da Direção Municipal de Ambiente Urbano encontramos esta informação: “na obra da ponte GALP executaram plantações, pavimentação de caminhos, pintura das pistas e colocação de pilaretes”. -----

----- Ora, sobre isto, queríamos deixar três notas, começando pela estranha prioridade dada pela Câmara a este investimento, onde acabou por entrar dinheiro municipal, apesar de inicialmente isso não estar previsto, e passando também pela questão da publicidade direta a esta empresa, paga em parte pela Câmara. No entanto, a questão que temos a colocar é se compete à autarquia fazer os trabalhos acima descritos. Estas intervenções não deveriam ser acauteladas pela empresa? Que contrapartidas já foram realizadas pela empresa no âmbito deste acordo? -----

----- 8. Ainda na Direção Municipal de Ambiente Urbano encontramos referência ao Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, referindo basicamente o número de viaturas e o consumo de combustível. -----

----- Sabendo-se que este departamento apresenta um conjunto de problemas como a escassez de recursos humanos, a falta de formação profissional e a ausência de investimento nas instalações e equipamentos, esperaríamos naturalmente mais informações. -----

----- A verdade é que, continuam a ser enviadas viaturas para o exterior para serem reparadas, sendo essas viaturas que transportam as peças adquiridas pela Câmara para substituir. -----

----- Ao longo da Informação escrita não encontramos nenhum indício que demonstre que o executivo está preocupado com esta situação e que pensa investir neste departamento, resolvendo os problemas descritos, o que nos parece ser uma falha gravíssima e sobre a qual gostaríamos de ouvir a vereação. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Grupo Municipal do partido Socialista congratula-se pela apresentação desta informação escrita que traduz, quer uma intensa atividade, quer uma preocupação acrescida para com as pessoas e o seu envolvimento na vida e políticas do município. -

----- Desde logo, a preocupação com a cidadania e a participação ativa dos cidadãos, envolvendo-os no processo de tomada de decisão.-----

----- A Câmara introduziu vários mecanismos de participação dos cidadãos tais como, as reuniões públicas descentralizadas e o orçamento participativo. O orçamento participativo, processo iniciado por esta maioria, em 2008, faz hoje parte, de forma indiscutível, da gestão municipal. Contribuiu para a aproximação da Câmara aos seus municípios, e para uma gestão municipal mais participada e adaptada às suas necessidades e anseios.-----

----- O processo do OP tem vindo a amadurecer ano após ano. Em 2008, participaram apenas mil setecentos e trinta e três cidadãos. Nesse ano o OP foi bastante criticado, não só pela reduzida participação, como também pela participação tendencial dos grupos mais escolarizados e esclarecidos da população. Desde então, tem aumentado o número de participantes e tem alargado a base de participação, melhorando a qualidade da própria participação.-----

----- Em 2014, participaram trinta e seis mil e trinta e duas pessoas, atingindo-se um novo record de participação, e introduziu-se uma nova fase do ciclo do OP em que, após a análise das propostas, foi efetuada uma consulta às juntas de Freguesia no âmbito da Reforma administrativa.-----

----- Portanto, a Câmara tem contribuído para o enquadramento do cidadão e para a construção de uma sociedade civil forte e organizada e mobilizada.-----

----- A abertura do novo ano lectivo também foi um marco importante, na medida em que se lançaram novos projetos e programas nas escolas da cidade, tais como a Academia de Código Júnior, dando sequência ao investimento realizado em 2008 com o programa Escola Nova que já permitiu reabilitar nove escolas. Uma dessas escolas foi a escola do Bairro do Armador onde decorreu a abertura do ano escolar. Foi gratificante assistir à inauguração desta escola, em 2009, um importante investimento para as crianças e famílias desta área de Lisboa, e constatar como cinco anos depois foi acarinhada pela população local.-----

----- Mas o investimento na escola não ficou pela reabilitação do edificado. A Câmara tem proporcionado às suas crianças inúmeras atividades desportivas e culturais de ocupação de tempos livres através, por exemplo, do programa de natação curricular e através do programa passaporte escolar, a Câmara irá agora apostar em políticas de educação que permitam que as crianças desenvolvam competências básicas em programação.-----

----- De referir, também, o lançamento do projeto de alimentação escolar que permitirá às crianças desenvolverem hábitos de alimentação saudáveis muito importantes para o seu desenvolvimento. Para este desenvolvimento saudável das

crianças e jovens, muito irão contribuir os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa. A prática desportiva contribuirá para a redução dos comportamentos de risco dos jovens, e para a união e integração dos mesmos na cidade.-----

----- No quadro da Reforma Administrativa, serão um fator de identidade e de envolvimento das populações à sua freguesia. -----

----- Na intervenção social e na política de habitação a Câmara levou a cabo iniciativas importantes para o combate à pobreza e à exclusão. O programa de Renda Convencionada e o Subsídio Municipal para Arrendamento permitiram apoiar muitas famílias com carências habitacionais.-----

----- As políticas de igualdade tiveram uma atenção redobrada. O primeiro Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e de Género prevê a implementação de políticas públicas municipais em torno de cinco áreas estratégicas de intervenção, a reativação do Conselho Municipal para a Igualdade e alteração da sua designação assumirá um papel importante na promoção da igualdade, nomeadamente, a igualdade de género. Sabemos que a igualdade de género ainda é uma utopia em 2014, ano em que comemoramos os quarenta anos de Abril, cujos direitos das mulheres foram uma das suas conquistas. Por isso, é de saudar este trilhar do município pelos caminhos da igualdade. -----

----- O Fundo de Emergência Social tem sido uma importante forma de lutar contra a exclusão social e o empobrecimento das famílias da cidade. A sua existência tem permitido apoiar os lisboetas que pelos mais diversos motivos se vêm confrontados com situações de carência económica. Foi por isso muito positiva a decisão de manter a sua gestão nas Juntas de Freguesia, celebrando contratos de delegação de competências com as mesmas, uma vez que estas usufruem de uma maior proximidade junto das famílias. -----

----- Os regulamentos de infraestruturas em espaço público de ocupação de via pública com estaleiros de obras, são uma importante forma de melhorar a mobilidade e de preservar os pavimentos dos passeios. Será no entanto, necessária a devida fiscalização. Pergunto por isso, quais as medidas que a Câmara está a pensar levar a cabo para uma eficiente fiscalização?-----

----- Música nas praças e o Festival de Todos, também, já são marcos da cultural e da interculturalidade da cidade. Permitem aproximar povos, gerações, e aprofundar o diálogo intercultural. O Festival de Todos congregou potencializando as dinâmicas locais, contando com nove mil espetadores. -----

----- O município tem tido inúmeros reconhecimentos que importa sublinhar; foi distinguido com o prémio “Autarquia 2014”, pelo trabalho de reabilitação desenvolvido, e foi também distinguido como melhor município digital, pelo trabalho desenvolvido no sistema “Na Minha Rua Gopi”. Além disso, Lisboa está entre as três finalistas para organizar o “Velo-City”, a maior Conferência Internacional de Mobilidade em Bicicleta. -----

----- A proposta de gestão do sistema de transportes de Lisboa, apresentado pela Câmara, constitui o cumprimento de um importante compromisso assumido por esta maioria, em especial pelo Senhor Presidente. Configura a única garantia de gestão

integrada do espaço público das políticas de mobilidade e da rede de transporte. É sem dúvida, a melhor proposta para Lisboa. Compete ao Governo decidir sobre esta proposta, mas desde já se adiante que se não for aceite, até porque tem implícito o pressuposto do não agravamento dos custos para os contribuintes, se deva a um preconceito ideológico que não deve ser o critério de decisão. -----

----- Por tudo isto, o Partido Socialista felicita a Câmara por continuar a trabalhar afincadamente na construção de uma cidade mais inclusiva, justa, solidária e empreendedora. Uma cidade da qual os lisboetas se orgulhem.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “De novo nos chega a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. E de novo questões se levantam, por haver aqui questões essenciais que achamos que não estão aqui referenciadas. -----

----- Em primeiro lugar, gostaríamos de abordar as questões relacionadas com a habitação e património imobiliário da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Nos últimos meses, assistimos nesta Assembleia a sucessivos pacotes de alienação de património municipal com o arrecadar para os cofres da Câmara de milhões de euros. Uma política de alienação de património, com o ritmo a que está a ser feito, poderá ter consequências prejudiciais para a cidade, ajudando mais a especulação imobiliária, e prejudicando mais quem cá mora, ou quer morar. -----

----- Não se percebe bem como é que se pretende compatibilizar uma política de alienação de património com uma política de reabilitação e mesmo de habitação social, dois tópicos também afluídos na informação escrita do Presidente. -----

----- É sabido que tem sido referido variadas vezes, tanto aqui, como em outras estâncias, da dificuldade de resposta às centenas, e centenas, de pedidos de habitação à Câmara, fruto da degradação de vida das pessoas com cada vez mais dificuldades em encontrar sítio onde viver, de acordo com as suas possibilidades financeiras, e que lhes possa garantir alguma dignidade. -----

----- Desde o início do mandato, até outubro, foram atribuídos cento e vinte e quatro fogos no âmbito do plano de política de habitação municipal. Objetivamente, insuficiente, tendo em conta o número de pedidos que com certeza vão continuar a aumentar, fruto da situação de dificuldade económica a que cada vez mais pessoas são votadas, devendo uma especial preocupação o caso de Lisboa e o aumento de pobreza, conforme o mais recente relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza para a Cidade de Lisboa. -----

----- Ora, a venda de património ao desbarato dificulta a própria ação do executivo no âmbito da habitação social, achamos nós. Quanto menos património tiver, mais dificuldade terá em dar resposta aos pedidos de habitação, e fica com menos instrumentos para poder aplicar um programa de arrendamento a custos controlados, em património próprio. Acrescer a isto, os fundos controlados com a venda deste património, também não estão a ser investidos no Fundo de Emergência Social, e isso fica claro. -----

----- Além dos alertas já deixados por incompatibilização de uma política de alienação, com uma política que supostamente, que se quer de apoio à habitação, também queríamos deixar claro que uma política casuística de alienação de património acarreta sempre riscos, como a que está a ser seguida por este executivo, podendo levar a situações que poderão ser difíceis para o próprio executivo ou, eventualmente, para o partido que o lidera. -----

----- Neste âmbito, Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de saber qual o real foco deste executivo no que toca a património da habitação. -----

----- Ajudar a impulsionar uma política de habitação municipal efetiva, ou continuar a auxiliar os fundos imobiliários através desta alienação. E não vale afirmar que o património que tem sido alienado não serve para habitação, pois se serve para hotéis de luxo, também tem de servir para residências de estudantes, por exemplo, ou para habitação municipal.-----

----- Em segundo lugar, gostaríamos de abordar o tema dos transportes em que, de facto, aqui na informação escrita acabou por não estar referido o processo, até à data, desta proposta. E o BE gostaria, desde já, deixar uma palavra de apreço, visto que a nossa proposta de parceria público ter sido rejeitada várias vezes, nesta Assembleia, pelo PS. Agora, pelos vistos, é uma boa solução. Congratulamos por isso.-----

----- Numa das últimas Assembleias Municipais, deu-nos conta da proposta que queria fazer ao Governo, e que voltou hoje, aqui, a apresentar. No entanto, levantam-se, para nós, duas preocupações, neste momento. Em primeiro lugar, como propusemos desde o início, os outros municípios estão a ser ouvidos neste processo. Não se pode pensar em ficar com a concessão dos transportes quando estes abrangem outros municípios, também têm de ser ouvidos para uma futura concessão das linhas, eventualmente, também a manutenção dos equipamentos. E já para não falar das pessoas que usufruem e que estão nesses outros municípios. -----

----- Que diligências estão a ser tomadas no sentido de perceber quais as energias que terão de ser necessariamente terão de ser forjadas com outros municípios abrangidos pela Metro e pela CARRIS?-----

----- Com os problemas levantados pela proposta de alteração aos estatutos da EMEL, Verifica-se um entrave. Estes estatutos podem não estar adequados para que possa ficar esta mesma entidade na gestão dos transportes. Há a falta de estudos sobre o alargamento do objeto social da EMEL, o que a nosso ver impossibilita a alteração dos estatutos, e nesse sentido, gostaríamos de solicitar à Mesa a distribuição aos Grupos Municipais e à Câmara Municipal, do acórdão do Tribunal de Contas nº 39, de quatro de novembro de 2014, sendo que referenciámos o ponto 61 e 70, relativo a esta questão dos estatutos da EMEL. Iremos, posteriormente, entregar.-----

----- Com esta lacuna jurídica, quase se pode dizer que este processo está a ser conduzido para que a concessão não passe, de facto, para o município com claro prejuízo para todas as pessoas que necessitam de um transporte público de qualidade e acessível. E este ponto deve, então, ser aqui clarificado, hoje.-----

----- Em terceiro lugar, e último, sobre o Orçamento Participativo, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente sobre os projetos que não estão concluídos, ou não estão a ser executados. -----

----- Para o ano 2015, foram candidatos duzentos e onze projetos, e muitos números são aqui apresentados na informação escrita do Senhor Presidente sobre o Orçamento Participativo e sobre os seus benefícios.-----

----- Numa notícia recente, de seis de novembro, a própria Vereadora Graça Fonseca foi questionada sobre o facto as dezasseis propostas aprovadas no ano passado, destas nenhuma estar ainda, em execução, bem como alguns projetos relativos, também, a 2009. Qual é então o ponto de situação sobre estes projetos? E como se prevê a execução dos projetos aprovados para o ano 2015? -----

----- Um instrumento como o Orçamento Participativo prevê uma forma mais completa e plena dos cidadãos e cidadãs se envolverem na construção do seu município com as suas ideias, não pode servir como “flor na lapela”, e depois ficar na gaveta. Reforçamos o apelo a este esclarecimento. É verdade, então, que há dezasseis propostas relativas ao orçamento que ainda não foram executadas, bem como proposta ainda do ano 2009? -----

----- Obrigada” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vem de novo o Senhor Presidente da Câmara prestar-se à considerável penosa tarefa de produzir uma informação escrita, tentando extrair do muito pouco que se fez, e que se possa vagamente, ser notável para a cidade, umas poucas páginas que ilustrem o que ocorreu na nossa Cidade de Lisboa, e que seja direta, ou indiretamente, resultante da sua ação pessoal, e também, coletiva da Câmara, como um todo.-----

----- A presente informação escrita brilha, aliás, pela banalidade, dedicando vastas linhas a assuntos de tustos e repisados, procurando dar vida nova, revestir e visitar temas já demasiadas vezes evocados. E a dificuldade no realce desses temas reside basicamente, em que o Senhor Presidente, pura e simplesmente, não esteve por Lisboa neste período, dedicado como tinha de estar á sua campanha de primárias diretas a que se candidatou, onde aliás, alcançou o êxito que se antevia e que celebrou, muito adequadamente, nesta mesma sala.-----

----- Lisboa não pode continuar sem o estímulo e dinamização que é da competência específica e própria de um Presidente da Câmara, e utilizando uma linguagem que o Senhor Presidente muito favorece, isto não avança, nem melhora, se a gestão camarária for tratada como “*business as usual*”, como inevitavelmente decorre da ausência continuada de V. Ex.^a. -----

----- Acresce que o êxito que obteve neste fim de semana, embora alheio aos interesses de Lisboa, leva-o agora a responsabilidades muito exigentes em tempo e em representatividade muito pouco adequadas, aliás, a essa presença de autoridade e dinamização, inerente a um Presidente de Câmara. Os mais recentes exemplos dessa acumulação não são aliás de molde a aconselhar a repetição de tais experiências. -----

----- Ora tudo isto se reflete na qualidade da informação escrita, o que seria menos se fosse só por aí, mas não é. É um mero reflexo, entre muitos, e bem mais gravosos efeitos. Mas esta informação, é de facto, sistemática e sintomática. Fala do projeto do Orçamento Participativo como se fosse um êxito de execução quando manifestamente, não é. Está a atrasar inúmeras das suas vertentes e tem financiamento abaixo do que a participação dos munícipes tinha o direito de esperar. -----

----- Em termos de escolas, fala muito de projetos e pouco de ações já prontas e executadas. -----

----- Dedicar muitas linhas ao programa “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, programa este que está em pleno fogo lento, há muito tempo, sendo insignificante a ocorrência de outra hasta pública, e cuja notícia se esgota no mesmo facto, não é preciso desenvolvê-la. -----

----- Satisfação, porém, alguma devia de haver e que se encontra na retoma de “Os Jogos de Lisboa”, mas que é, ainda e só, mais um projeto. -----

----- Prossegue depois, com a notícia da abertura da Ribeira das Naus sujeita, embora de forma insólita, já aqui o dissemos, a horário escolar, está aberta quando aberta está a escola, e fecha harmonicamente, com a escola. Alegar-se-á que se pretende reservar os períodos de encerramento a visitas pelas famílias, mas não se cuidou, simultaneamente, de se assegurar devidamente a sua fruição por pessoas com mobilidade condicionada. -----

----- Continua-se, a informação escrita, a dar especial relevo à Conferência no Instituto Superior Técnico, uma entre muitas, muitas que lá se realizam, mas esta soube crescer com energia, tendo o Senhor Vereador Sá Fernandes encerrado o debate, com certeza, com a competência e brilhantismo que se lhe reconhece. -----

----- E termina-se com a listagem e desenvolvimento de regulamentos e planos municipais todos já, em devido tempo, conhecidos, apreciados e aprovados por esta Assembleia Municipal. -----

----- Continua a não ser reportado o que é essencial para a cidade, decerto porque nada ocorreu de essencial na cidade. -----

----- Continua a não haver um plano de ação para rejuvenescer Lisboa, nem para fixação de novos casais, continuando Lisboa a expulsar a suas sucessivas gerações sem qualquer reação dos poderes camarários. -----

----- Continua-se, porém, com o desmantelamento das estruturas do Parque das Cebolas, mas nada se diz quanto às consequências da direção freática das novas construções que se desenvolvem, nem dos acordos para o aproveitamento da Doca de Marinha. -----

----- Quanto ao espólio arqueológico das escavações dos lugares ribeirinhos, nada continua a ser referido. Em questões de património apenas se escreve uma curta nota para referir, aliás aquilo que o Senhor Presidente desenvolveu, para referir o percurso pedonal estabelecido à volta do traçado da Cerca Velha, com uma meritória ação dos arqueólogos do serviço que assim honraram Lisboa com a sua iniciativa cultural. Um exemplo que se espera que frutifique. -----

----- Como infelizmente, tem sido o caso ao longo do tempo, esta informação escrita demonstra que a ação direta do Senhor Presidente nesta cidade, por ausência sucessiva, tem sido nada. Já pouco, ou nada, de facto, trata de Lisboa. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Fazendo votos para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa saiba, já, que no nosso sistema eleitoral não existe tal coisa, como; “candidato a primeiro-ministro”, gostaria de colocar algumas questões relativamente ao programa “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, um programa que se está a transformar num programa de gentrificação da Cidade de Lisboa.-----

----- De facto, foram aqui muitas as loas aos seis milhões de euros que foram obtidos com as vendas de vinte e quatro imóveis que se situam em zonas nobres da cidade. Resta saber, na expectativa de 2,9 milhões de euros que se transformaram em 6 milhões, em que é que vão ser investidos estes seis milhões de euros? No planeamento urbano? Em apoio social? Para onde é que vai ser canalizado este dinheiro? -----

----- Em segundo lugar, qual é a avaliação do valor patrimonial dos prédios que estiveram em hasta pública? Isto é, não o preço base da licitação, mas a avaliação de cada um dos imóveis que foram a venda, estes vinte e quatro edifícios. Foram vendidos pelo seu preço de licitação base, ou se a avaliação era outra? -----

----- Outras questões relativamente a este programa é que formas é que encontra a Câmara Municipal de Lisboa de impedir a especulação relativamente à utilização que é feita com estes imóveis, uma vez que não há qualquer norma que determine qualquer contrapartida para a Cidade de Lisboa que não seja este dinheiro? Ou seja, se são prédios para a habitação, manter-se-ão para habitação? Ou a Câmara exige uma percentagem para habitação social? Se são prédios de arrendamento comercial, se a Câmara exige alguma contrapartida para a cidade, não sabemos quais são as contrapartidas para a cidade, e intervindo os proprietários dos prédios, melhorando, reabilitando, as mais-valias que vão obter com a sua possível e hipotética venda, se a Câmara tem alguma participação nestas mais-valias, ou não, uma vez que se trata de património municipal cujo investimento inicial é dos municípios e, portanto, a reabilitação e as mais-valias criadas vão ser única e exclusivamente entregues aos privados.-----

----- Relativamente a esta onda, a esta venda de tudo o que é património, gostaríamos também de saber, relativamente ao Palácio onde está instalada a EGEAC, e desde já saudamos aqui a realização do Festival Rotas e Rituais, que é um festival que esperamos que seja mantido ao longo dos próximos anos, o Palácio onde estava instalada a EGEAC foi vendido. Fala-se que esta estrutura será realocada para um imóvel privado, em que se pagará dez mil euros de renda por mês. Gostaríamos de saber se esta informação tem algum fundo de verdade. E se esta venda desenfreada de património não está a realocar os serviços da Câmara a muito mais custo para os municípios dadas as rendas que terão de pagar aos privados. -----

----- Também, gostaríamos de saber qual é a renda que a Associação São Lázaro está a pagar por mês para utilizar a carpintaria de S. Lázaro. -----

----- Relativamente às questões de urbanização, já entregamos à bastante tempo, mas o Senhor Vereador Manuel Salgado prima pela não resposta às perguntas do PCP, gostaríamos de saber relativamente, e aqui coloco só a Almirante Reis, as obras de fachada, a intervenção de fachada que tem de ter uma comunicação prévia à Câmara Municipal, que obras é que existem, e queremos uma listagem das obras na Avenida Almirante Reis, tendo em conta que, por toda esta avenida, estamos a assistir à expulsão das pessoas das ruas, dos passeios, porque não têm onde dormir, e a alteração das obras nos espaços privados de uso público, e não sabemos se estas obras têm, ou não, licenciamento da Câmara. Como já perguntamos isto há vários meses, certamente o Senhor Vereador Manuel Salgado já terá resposta para nos dar, nesta sessão. -----

----- Obrigada” -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, queria manifestar a minha enorme satisfação pela nova postura do Senhor Deputado Magalhães Pereira. Depois de tantos anos infeliz com a minha presença, acabou por se habituar de tal forma à minha presença que agora, uma pequena ausência minha, deixa-o logo infeliz. Devo dizer que fico comovido com a sua nova postura. E quero agradecer-lhe, e vou procurar, na medida do possível, dar-lhe o menor desgosto possível, e estar o mais presente possível para que não se sinta solitário e abandonado. Aliás, compreendo, olhando para a sua bancada, que sinta solitário e abandonado. -----

----- Quanto à primeira questão que foi colocada, e que tem a ver com o Plano Geral de Drenagem, e efetivamente, como tenho tido oportunidade de explicar, o Plano Geral de Drenagem foi aprovado em 2008, decorria, nessa altura, as negociações que tinham sido iniciadas com o Professor Carmona Rodrigues, em 2005, com a EPAL, tendo em vista a alienação da rede de saneamento em baixa, visto que a EPAL tinha considerado como prioritário poder desenvolver o fecho do ciclo urbano da água e portanto, juntar à distribuição da água em alta e em baixa na Cidade de Lisboa, também poder fazer o tratamento em alta que já faz através da SIMTEJO, e em baixa através da aquisição da rede de saneamento da Câmara. -----

----- Essas negociações foram sucessivamente interrompidas. Primeiro, com a queda da Câmara Municipal, em 2007, depois com a mudança do Professor Nunes Correia para a Dr.^a Dulce Pássaro e, finalmente, foram concluídas, em outubro de 2010, com um acordo entre o município e a EPAL sobre a alienação da rede de saneamento em baixa. Esse acordo, era um acordo no qual em função do valor em que foi avaliada a nossa rede, a EPAL assumia o encargo da realização do conjunto de obras previstas no Plano Geral de Drenagem. Pagaria ao município, ainda, uma quantia de cerca de cem milhões de euros por via da assunção de igual montante de dívida municipal, e estava acordado que haveria um fim a pagar anualmente pela EPAL ao município, pela concessão dessa exploração, sendo que o município poderia converter parte desse fim em capital da EPAL até ao limite de 5% do capital, sendo que teria de ceder o

capital parte da sua participação aos outros municípios da Área Metropolitana que pretendessem vir a participar no capital, até a um mínimo de 2,5% do capital da EPAL. -----

----- Este acordo carecia da alteração legal dos estatutos da EPAL. E veio, ainda, a ser aprovado pelo então Governo um decreto que seguiu para promulgação do Senhor Presidente da Republica, prevendo, precisamente, estas alterações. -----

----- Acontece que enquanto o decreto aguardava promulgação, o Governo caiu. E o Senhor presidente da Republica entendeu, naturalmente, não promulgar o Decreto-lei e devolvê-lo ao novo Governo. O novo Governo necessitou, naturalmente, de tempo para estudar o assunto, tanto mais que havia divergências entre os dois partidos da coligação sobre o destino das águas. O PSD era defensor da privatização do setor das águas. Creio que o CDS-PP se opunha à privatização do setor das águas. E enquanto não superaram esta divergência não se procedeu à alteração das administrações das Águas de Portugal e da EPAL, nem se deu desenvolvimento a estas negociações. -----

----- As negociações foram, então, retomadas e, depois de serem retomadas, a EPAL, ou as Águas de Portugal, apresentaram-nos uma proposta absolutamente, inaceitável. -

----- Veio-se a apurar, posteriormente, que parte dessa proposta resultava muito do facto de ter sido utilizada uma taxa de juro para a operação que estava muito inflacionada relativamente aos valores normais de mercado, mas fruto da conjuntura que, então, se vivia. -----

----- O que é certo é que, durante vários meses, não foi possível prosseguir as negociações tal a divergência de montantes daquilo que nos era proposto, aquilo que tinha sido acordado, e aquilo que era a nossa avaliação dos interesses municipais. -----

----- Entretanto, o tempo foi correndo, e apesar de não ter havido mudança de Governo, ouve mudança de tutela do setor que passou do Ministério da Agricultura para o novo Ministério do Ambiente, o que naturalmente conduziu a um novo compasso de espera para que o novo ministro tivesse em condições de retomar o tema.

----- Aqui há uns meses, foi possível retomar a conversa com o Senhor Ministro que então nos reafirmou, mais uma vez, que o Estado continuava a entender como importante haver o fecho do ciclo urbano da água. E, por isso, como acertou-se que seriam retomadas negociações tendo em vista a alienação da rede de saneamento em baixa. -----

----- O tempo foi correndo, e como sabem, em outubro último, o Governo aprovou um conjunto de decisões sobre a reestruturação do setor das águas, dando prioridade à integração horizontal de um conjunto de sistemas, tendo em vista a que os habitantes do litoral passem a suportar no custo da sua fatura os encargos acrescidos com a distribuição da água em baixa em outras zonas do país para suprir aquilo que é designado por “défice tarifário”, e que passará a ser suportado, naturalmente, pelos municípios de sistemas que pela sua densidade, ou antiguidade, têm, obviamente, outra eficiência e permitem outro tipo de custo. -----

----- Face a esta reestruturação foi-nos comunicado na passada sexta-feira, dia vinte, que em reunião com o Senhor Ministro do Ambiente e com o Senhor Presidente das Águas de Portugal, que nestas novas circunstâncias a prioridade das Águas de

Portugal era, por lado, desenvolver, concretizar este processo de integração horizontal, em segundo lugar, estabelecer parcerias com os municípios de menor dimensão e de mais baixa densidade, parcerias tendentes a melhorar a eficiência do seu sistemas de saneamento em baixa, e que, portanto, neste momento, não é oportuno prosseguir negociações quanto à aquisição da rede de saneamento em baixa da Cidade de Lisboa. Isto mesmo, foi confirmado por troca de cartas, entre mim próprio e o Senhor Presidente das Águas de Portugal e, portanto, as negociações que se tinham iniciado em 2005, estão encerradas visto que não há interesse da parte das Águas de Portugal na persecução destas negociações. -----

----- Face a esta situação, aquilo que solicitámos e que foi confirmado pelo Senhor Ministro é que o próximo quadro comunitário terá uma verba, creio que de novecentos milhões de euros para todo o país, incluindo a região de Lisboa e Vale do Tejo, onde são candidatáveis projetos de rede de saneamento. -----

----- Assim sendo, e tendo em conta que seguraram as negociações com a EPAL para a alienação da rede de saneamento em baixa, cumpre ao município dar execução direta do Plano Geral de Drenagem. -----

----- Nesse sentido, e como tinha anunciado, levarei a uma próxima reunião de Câmara a constituição de uma unidade de missão que tem em vista dar início à execução do Plano Geral de Drenagem, à preparação das candidaturas aos fundos comunitários, designadamente dos projetos que neste momento já estão em fase de poderem ser candidatados e poderem ter início de execução. -----

----- Portanto, este é o quadro mas como tenho dito e repetido, se está sujeito à efetiva existência de financiamento comunitário, a possibilidade do município de dar execução direta à execução do Plano Geral de Drenagem. -----

----- Gostaria de enfatizar que tendo em conta o novo quadro tarifário de resíduos e saneamento, há condições de, objetivamente mais favoráveis para dar a execução a este plano e garantir a suportabilidade dos investimentos que são necessários realizar. -

----- Segundo tema, relativamente ao qual eu gostaria de dar alguma informação aos Senhores Deputados, de que gostaria, aliás, completar o Senhor Vereador Manuel Salgado, entretanto, tivesse obtido as informações que lhe tinha pedido. Relativamente ao programa “Reabilite Primeiro, Pague Depois”, em primeiro lugar, eu gostaria de recordar que no mandato anterior, fruto de um trabalho que foi dirigido pela então Vereadora Helena Roseta, o executivo aprovou um programa designado, “Programa de Valorização Patrimonial, TVP”, e nesse programa o município fez o levantamento exaustivo de todo o seu património imobiliário, tendo procedido a uma decisão de conjunto sobre a gestão estratégica do conjunto desse património. Por um lado, identificando património que era estratégico para o município e que o município devia conservar, seja para a sua utilização imediata, seja para a sua valorização a médio e a longo prazo. Foi, por exemplo, decidido o município conservar os edifícios e as suas instalações centrais, desigualmente, o Campo Grande, os Paços do Concelho e outros edifícios de igual natureza. Foi decidido conservar ativos muito importantes para a sua valorização futura como, por exemplo, todos os terrenos que marginam a Avenida João Paulo II, a chamada Avenida Central de Chelas, Desculpem, Avenida

Nunes Álvares, bem me parecia que era santo, de qualquer forma, que é um ativo absolutamente estratégico para o desenvolvimento futuro da zona oriental de Lisboa e que o município tem querido conservar. Há pois, outros ativos que o Município entendeu que devia manter para fins habitacionais, designadamente um conjunto de ativos que estão nos bairros municipais, ou proceder à sua alienação, quer aos residentes, o que acontece muitas vezes nos bairros municipais, ou que acontece também no chamado “património disperso”. Havia, depois, um conjunto de outros ativos que se destinam a ser valorizados no mercado. Uns para permitir a execução de um objetivo que fixámos de antecipar a amortização da dívida municipal de forma a libertarmos os recursos consumidos no serviço da dívida para investimento, ou simplesmente, para acomodar a quebra da receita municipal sem agravar o equilíbrio das nossas finanças municipais, e que têm vindo a ser alienados de uma forma programada.-----

----- Gostava de chamar a atenção, ao contrário do que uma das Senhoras Deputadas diz, não têm sido vendidos ao desbarato. Não. Têm sido vendidos de acordo com valor base fixado nas avaliações que são sempre muito superiores ao valor patrimonial, e em segundo lugar, em todas as hastas públicas temos, felizmente, obtido valorizações significativamente, acima daquilo que são os valores bases com que têm sido colocados nas hastas públicas. Pelo contrário, temos recusado a alienação sempre que não foi oferecido valor correspondente àquele que consta nas hastas públicas e que temos recusado vender. -----

----- Chamo, também, a atenção que ao mesmo tempo que temos estado a alienar património, temos vindo, também, a adquirir património.-----

----- Com a decisão da extinção da EPUL, consolidámos no património municipal muitos dos ativos que estavam confiados à EPUL, alguns dos quais alienados pelo município à EPUL, e que agora regressam ao município e se consolidam no património municipal.-----

----- Em segundo lugar, esta Assembleia teve a ocasião, no ano passado, de viabilizar duas aquisições da maior importância; uma a consolidação na esfera do património municipal do conjunto de prédios designados por Parque Mayer que chamo a atenção, não se limita àquilo que as pessoas acham que é o recinto do Parque Mayer e os teatros e restaurantes lá existentes, mas que é um conjunto vasto de vinte e tal prédios que se estendem entre a Praça da Alegria, a Rua da Alegria e, também, o interior do chamado recinto do Parque Mayer. E um outro terreno que eu diria que é, seguramente, um dos melhores terrenos de urbanização na Cidade de Lisboa e que é o terreno da antiga Feira Popular que foi recuperado pelo município no âmbito do termo do contencioso com a Bragaparkes. -----

----- Portanto, se é verdade que temos alienado, também é verdade que temos adquirido alguns ativos importantes.-----

----- No programa “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, qual é o objetivo deste programa? É pegar num conjunto de prédios que estavam identificados no tal Plano de Valorização do Património como sendo edifícios que estão devolutos, estão em altíssimo grau de degradação e que implicariam para o município um custo de

investimento muito elevado na sua reabilitação, em que se decidiu em vez de o irmos reabilitar, vamos coloca-los no mercado para que seja o mercado a proceder à sua reabilitação. -----

----- O objetivo primordial deste programa “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, não é propriamente fazermos dinheiro. É, sobretudo, libertar um conjunto de prédios que nós não temos condições para recuperar, para que eles possam ser recuperados e que possam voltar a ter uso na cidade. São esses prédios que nós temos realizado, que têm sido colocados no “Reabilita Primeiro, Paga Depois”. Chamo a atenção que o produto dessa venda destina-se a amortizar a dívida municipal e, portanto, a diminuir os encargos que o município tem com a dívida. Segundo lugar, o valor das hastas públicas base é o valor que resulta dos processos de avaliação. Em terceiro lugar, a alienação é feita com a condição dos compradores, no prazo de dois anos, iniciarem as obras de reabilitação dos edifícios. Dos setenta e três edifícios já alienados, o ponto de situação é o seguinte; não está nenhum em incumprimento do prazo do início das obras, há que já tem a licença de utilização emitida, e portanto, com a obra concluída, vinte e cinco que estão em obra, catorze estão em processo de licenciamento, e os restantes estão em fase de elaboração de projetos para serem submetidos a licenciamento. Portanto, neste ano meio, ou no máximo, dois anos, que tem de execução o programa, a verdade é que já temos um prédio reabilitado, já temos vinte e cinco em obra, temos catorze em fase de licenciamento, e temos os restantes em fase de elaboração de projetos. Trata-se, por isso, de um programa ajustado ao fim que tem estado em vista. -----

----- Eu gostaria de enfatizar o seguinte ponto; nós temos que priorizar quais são as nossas intervenções e gerir os nossos recursos porque as necessidades de intervenção sobre o património municipal são absolutamente ilimitadas, e infelizmente, os recursos municipais são muito limitados, e têm sido crescentemente limitados porque convém que os Senhores Deputados nunca se esqueçam que fruto da crise económica as receitas estruturais do município têm vindo, continuamente, a descer ao longo dos últimos anos. E este ano vamos encerrar o ano com menos cento e cinquenta e quatro milhões de receita fiscal do que aquilo que cobrávamos há quatro anos atrás. E não podemos eliminar totalmente o investimento, e temos um nível de despesa fixa bastante rígida, desde logo, pelo elevado peso com a despesa com o pessoal, segundo lugar, pelo elevado peso do serviço da dívida. E, portanto, como não podemos mexer na variável do custo com o pessoal que, pelo contrário, temos vindo a diminuir mas a um ritmo inferior àquilo que tem sido a dimensão do pessoal. E a variável que temos de investir é, de facto, na redução do serviço da dívida. E para investir na redução do serviço da dívida implica alienar património que nos permite antecipar a amortização da dívida, a não ser que se adira à moda do “não pagamos”. Mas como não é essa a nossa moda, a nossa moda é ir pagando de forma a ir ganhando capacidade para ir investindo. E é essa a estratégia que nós temos de seguir para continuar a trajetória de redução da dívida, de consolidação financeira e de aumento da nossa capacidade de investimento na cidade. E, por isso, nós temos de ter as poucas verbas que temos para investir na reabilitação para reabilitarmos. O que não temos condições de reabilitar, e

que não é património estratégico, devemos dar ao mercado, ou seja, alienar, para que o mercado possa, mais do que nos pagar, fazer aquilo que é essencial e que é investir na reabilitação desse património para que ele possa voltar a ter vida e uso na Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Vamos então retomar a nossa ordem de trabalhos. -----

----- As propostas relativas às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, naturalmente, está agendado porque é obrigatório por lei agendá-lo na sessão ordinária de novembro, mas não vamos discuti-lo hoje, a previsão que há de agendamento deste ponto é para o dia dezasseis de dezembro. Será apreciado em Câmara no dia dez. Os documentos já cá estão na Assembleia para serem estudados com calma.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, é porque o Senhor Presidente da Câmara perante duas intervenções sobre os Bombeiros Sapadores de Lisboa e a situação do Regimento, e sobre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, decidiu não dizer nada. Portanto, isto não é a função essencial de um Presidente de Câmara, ignorar intervenções que estão fundamentadas em reuniões com os profissionais, com os responsáveis, trazendo aqui à Assembleia aquilo que inquieta, efetivamente, não só o Regimento, mas também a cidade. -----

----- Nesse sentido, nós vamos transformar aquilo que aqui dissemos num requerimento à Câmara Municipal para que, de facto, a Câmara seja obrigada a responder às questões que nós colocámos na Assembleia e que democraticamente, o Senhor Presidente da Câmara deveria responder, e não respondeu.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, assim se fará. -----

----- A Mesa estava, portanto, informando que o ponto seis da ordem de trabalhos, e que tem a ver com o Orçamento para 2015, e o Plano, vai ser agendado para o dia dezasseis de dezembro. E no dia dezassete de dezembro, iremos discutir as novas taxas municipais, sendo que este ponto fica adiado. -----

----- Gostaria de entrar, de imediato, no ponto sete. É um ponto importante para a Câmara, e para o município, neste caso. Trata-se da **Proposta 652/2014**, constituição de um direito de superfície para a REN. Chamo a atenção que na proposta da Câmara o título estava mal. A REN já não se chama Rede Elétrica Nacional, mas sim, Redes Energéticas Nacionais, SA.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA Nº 652/2014 – CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE, PELO PRAZO DE 50 ANOS, SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 8.254M2, SITA NA RUA ANTÓNIO GONÇALVES, À REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS SA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME**

JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. (1,5XGRELHA BASE- 51M) -----

----- (anexada à presente ata como anexo **XXXII**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XXXIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A presente proposta diz respeito à construção de duas subestações, uma da Rede Elétrica Nacional, e outra da EDP, localizadas no Alto de São João, perto do cemitério. -----

----- Estas propostas tiveram cá antes das últimas eleições autárquicas, foram apreciadas e discutidas na Câmara e, na altura, foram retiradas a pedido dos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Recentemente, foram reativadas estas propostas no sentido de serem apreciadas pela Assembleia, apreciadas e votadas em Câmara, foram enviadas à Assembleia Municipal mas, antes disso, houve duas reuniões com técnicos da REN e da EDP, e a primeira com o GABIP, promovida pela Senhora Vereadora Paula Marques e por mim próprio, e com os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia do Beato e da Penha de França, e uma segunda reunião aberta ao público em geral, na sede da Freguesia da Penha de França, promovida pelos dois Presidentes de Junta de Freguesia, em que também estiveram presentes os técnicos da REN e da EDP e que explicaram as implicações e todas as salvaguardas tidas com a instalação destes equipamentos. -----

----- Foi entregue, também, o estudo de impacto ambiental, elaborado por entidade independente a pedido da REN, e que informa o processo. Portanto, pensamos que o processo está bem instruído, que estão acauteladas as questões de segurança relativamente às populações que residem na envolvente e que, de futuro, residirão na envolvente. Foi prevista uma verba de comparticipação, tanto da REN, como da EDP, para a melhoria das condições ambientais na envolvente, e também para apoio a atividades de regeneração urbana, que estão em curso, promovidas pelo GABIP, e portanto, consideramos que, de facto, a proposta está em condições de ser apreciada pela Assembleia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, e na qualidade de relatora do parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fez a seguinte intervenção: -----

----- Em relação ao parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, eu iria apenas apresentar as conclusões, penso que é o mais importante, o resto da proposta está perfeitamente, clara. -----

----- Analisada a Proposta 652/2014, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos concluiu: -----

----- Primeiro, no mandato anterior, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a Proposta 411/2013, sobre este assunto, tendo a mesma sido alvo de recomendações na

Assembleia Municipal, nomeadamente, auscultação das Juntas de Freguesia, de moradores da área envolvente e da necessidade de um estudo ambiental do projeto. ----

----- Segundo, estas recomendações foram acatadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

----- Terceiro, importa referir que na reunião realizada na Junta de Freguesia da Penha de França, terá sido afirmado que o estudo admite impactos negativos para os moradores da zona, com a necessidade de reinstalação de infraestruturas e uma menor qualidade ambiental, mas indica que não são significativos. Por esta razão, recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a atenção necessária para estes impactos

----- Quarto, a construção da subestação é fundamental para garantir o abastecimento de energia elétrica na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, face ao exposto, a 1ª Comissão conclui que a Proposta 652/2014, está em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Municipal, reservando-se as diversas forças políticas o seu sentido de voto, aqui no Plenário. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para fazer um pequeno comentário à proposta em si, com a qual concordamos, e aliás, como foi aqui explicitado, é um processo que não só acolheu as recomendações anteriores da Assembleia Municipal, mas foi também um processo participado, e que acima de tudo incluí nesta operação um arranjo urbanístico na própria zona que nos parece importante. -----

----- Fazer apenas uma ressalva, e chamar a atenção da Câmara que, apesar disso, existe uma outra questão; naquela encosta e naquela proximidade, e que é a questão de uma ETAR que está por resolver que, obviamente, não está no enquadramento desta proposta, que saudamos, inclusivamente, e que iremos votar a favor, mas queríamos deixar aqui este apontamento até porque é uma matéria que também influência os habitantes daquela zona e que merecia a pena ter a atenção da Câmara. Até porque a Câmara, talvez, e juntamente com a SIMTEJO, e aproveitando o próximo quadro de financiamento comunitário, poderia pensar nesta solução para o futuro, pelo que deixamos aqui esta sugestão para além das operação que foi atualmente feita, e que achamos que teve estes pontos positivos que apontámos aqui. --

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 652/2014** à votação. Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP, BE, PEV, PAN e MPT, votos a favor do PS, CDS-PP, PNPN e 6 IND. A **Proposta 652/2014** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, temos agora a **Proposta 676/2014**, que tem a ver com compromissos plurianuais para o concurso público para a aquisição de cinco veículos de socorro para o Regimento de Sapadores de Bombeiros, um assunto que hoje foi muito discutido nesta Assembleia e que, pelos vistos, ainda não está esclarecido. Esta proposta é apenas para assunção dos compromissos plurianuais mas, diz-me a Câmara que a aprovação dela depende a possibilidade de candidatura ao CREN que tem de ser

confirmada com uma decisão da Assembleia Municipal, destes compromissos plurianuais.” -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA Nº 676/2014 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA “AQUISIÇÃO DE CINCO VEÍCULOS DE SOCORRO PARA O REGIMENTO DE SAPADORES DE BOMBEIROS DE LISBOA”, NOS TERMOS DO Nº 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO Nº 1, DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. (GRELHA BASE- 34M)** -----

----- (anexada à presente ata como anexo XXXIV, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na proposta de aquisição de cinco veículos de socorro para o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa apenas submete para deliberação desta Assembleia Municipal, o ponto sete, para que este plenário proceda à “autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais”. -----

----- Começamos por desconhecer em que vários anos económicos estes compromissos serão assumidos. Mas, a alínea ‘O’ dos considerandos da Proposta nº 676/2014, refere que, citamos, “a despesa em causa apenas terá reflexo financeiro no ano de 2015”, no valor de oitocentos mil euros mais IVA a 6%. -----

----- Também tal como se diz no considerando letra ‘P’, terão de vir à Assembleia Municipal “despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em mais do que um ano económico”, o que não é o caso presente. -----

----- Assim sendo, pergunta-se: se a despesa de oitocentos e quarenta e oito mil euros com a aquisição dos veículos de socorro, é apenas para 2015, para que necessita esta Assembleia Municipal de aprovar uma cabimentação plurianual? -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** responde o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, até eu lhe respondo, isso decorre da lei. A Câmara não pode assumir compromissos por conta de anos económicos posteriores. Portanto, mesmo que não haja vários anos económicos posteriores, e nessa medida o considerando poderá não estar bem redigido, mas a lei é bem clara, desde que haja compromissos para anos posteriores àquele que está em curso, não havendo orçamento municipal aprovado para esses anos, porque ele não existe, ainda, tem de ser a Assembleia Municipal a dar a aprovação, a partir de um certo montante, não sei dizer-lhe, agora, o valor, é um valor mínimo que nós aprovamos já, não carecer da decisão da Assembleia Municipal se houver compromissos para anos posteriores. Ultrapassando esse valor mínimo, tem de vir aqui. -----

----- Não vejo mais inscrições, e a Mesa vai pôr à votação a Proposta **676/2014**. Não há votos contra, nem abstenções, a **Proposta 676/2014** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, vamos terminar hoje os nossos trabalhos. A **Proposta 599/2014** foi **adiada** para uma próxima sessão. -----
----- Chamo a vossa atenção que teremos novamente sessão no dia dois de dezembro, e a Mesa, amanhã, fará seguir a ordem de trabalhos. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte e oito minutos. -----
----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE -----